FRANCISCA ARAŬJO DA SILVA

UMA TENTATIVA DE COLONIEAÇÃO: A COLÔNIA AGRÍCOLA DO IATA EM RONDÔNIA (1943 - 1972)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Prof. Luiz Palacin Gomez

AGRADECIMENTOS

Em especial ao Professor Dr. Luiz

Palacin Gomez pela paciência, orientação e incentivo.

Aos professores do Mestrado em His

tória, especialmente às professoras Doutoras Gilka

Vasconcelos Ferreira de Salles e Eliane Garcindo

Dayrell, pela compreensão e apoio a mim dispensados.

Aos meus pais, irmãos e demais parentes, em especial ao Diomedes, meu marido e minhas filhas Nyuara e Tammyse.

Agradecimentos especiais ao casal Francisco e Alencarina, amigos incondicionais.

Com apreço aos amigos Dr. Raymundo M. do Nascimento e Dr. Genízio L. Lima, pelo apoio moral e familiar.

A Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Rondônia através do seu ex-secretário, professor Vitor Hugo e da professora Yeda Pinheiro.

Aos amigos e colegas Tenório, Gil, Marisis e Júlia pela amizade e companheirismo demonstrados no transcorrer do curso.

Agradecemos também, de forma mui
to especial, a colaboração de todos os ex-colonos e
autoridades locais, que se prontificaram a nos dar
informações sobre a vida da colônia. Destacando-se
com muito apreço os seguintes nomes: Manoel Francisco
da Silva (agricultor); Antônio Ferreira de Souza (telegrafista); José Adelson de Souza; Raimundo Teófilo
de Aguiar; Joaquim Moreira da Silva; Antônio Romual
de Araújo; Otacílio Pinto Mesquita; João da Cruz Lima;
Milton Saboia; José Acácio; Floriano Oliveira; Manoel
Baité; Raimundo Nonato; Acrízio dos Santos; Capitão

Alípio; Joaquim Marcolino; Moizes Teófilo de Aguiar; Ana Alice de Aguiar; Manoel Barbosa; João Gonzaga.

Por fim, agradeço ao Sr. Alcebí<u>a</u> des do Nascimento Andrade, Secretário do Mestrado em História, pelo seu apoio e compreensão nos momentos difíceis durante elaboração desta dissertação e à Maria das Graças por auxiliar-me no trabalho de datilografia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CARÍTHIO I - ANTECEDENTES HISTORICOS A COLONIZAÇÃO	
DO TERRITÓRIO DO GUAPORE	3
1. ETAPAS DE OCUPAÇÃO DE RONDONIA	5
A. PRIMEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO	5
B. SEGUNDA ETAPA DE OCUPAÇÃO	7
C. TERCEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO	9
D. QUARTA ETAPA DE OCUPAÇÃO	1
D.I. O PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DA AMAZÔNIA	
1917-1943	3
D.2, CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ	
1943	32
D.3. IMPORTÂNCIA DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA	
MAMORÉ NA OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA	39
MAMURE NA UCUPALAO DE KUNDUNTA I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	4
NOTAS DO CAPITULO I ,	
CAPÍTULO II - ASSENTAMENTO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO IATA	
	47
1317 7311111111111111111111111111111111	
I, CRIAÇÃO DAS COLONIAS AGRICOLAS.	49
21 NOCEED AGRICOLA DO TATAL AGGENTALENTOTTITITITITITI	5 2
TRINETRA TAGE DE MODERTAILERTOT 2311 ISTITUTION	55
occordi. The De November 101 25 to 71 25 11 11 11 11	62
	66
3. REGIMENTO INTERNO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DO TERRI	
TÓRIO	7]
NOTAS DO CAPÍTULO II	73
CAPITULO III - APOGEU DA COLÔNIA DO IATA 1950-62 9	9:
PRIMEIRA FASE DE CRESCIMENTO 1950-53	94
SEGUNDA FASE DE CRESCIMENTO 1954-57	0 !

TERCEIRA FASE DE CRESCIMENTO 1953-62	117
NOTAS DC CAPITULO III	
CAPÍTULO IV - DA DECADÊNCIA DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO IATA	
A EXTINÇÃO DA FERROVIA 1963-7?	132
PRIMEIRA ETAPA: 1963-69	133
SEGUNDA ETAPA: REDUÇÃO DA PRODUCÃO AGRÍCOLA E A	
EXTINÇÃO DA FERROVIA	154
NOTAS DO CAPÍTULO IV	160
CONCLUSÃO	177

.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para dissertação de Mestrado está ligada à minha própria vida. Minha família oriunda do Ceará, como tantos migrantes nordestinos, tentou construir uma vida nova na Amazônia. Em 1956, com meus pais e cinco irmãos saimos do Ceará pa-

ra o Território do Guaporé, onde então se dava a colo nização, num esforço de penetração para o Território lançado por Vargas, sob o Título "Marcha para o Oeste."

A preocupação de meu pai ao tentra esta aventura era conseguir uma propriedade rural e tornar-se independente. Por isso preferiu a aventura do desconhecido, ao embarcar para Guaporé a uma oferta de emprego que lhe era garantida em São Paulo.

Desta forma ao chegar ao Guaporé aproveitou a oferta de um lote na colônia do Iata que já estava em pleno desenvolvimento tornando-se assim proprietário. Parte de minha infância (eu tinha então 9 anos de idade) e grande parte da juventude trans - correram na colônia agrícola do Iata. É, pois, esta parte significativa de minha vida a que me levou a escolher este tema a par de uma consideração de ordem profissional.

Ao iniciar minha atividade como pesquisadora de História, dificilmente poderia eleger tema mais significativo para uma população como a história de Rondônia até agora praticamente virgem, como poderá ver-se pela Bibliografia aduzida. São poucas as obras históricas de caráter científico sobre o atual Estado de Rondônia e nenhuma sobre o período por mim escolhido. Assim, penso estar contribuindo para a

historiografia incipiente desta parte da Amazônia.

Ao tentar pôr em prática este projeto de pesquisa, as dificuldades encontradas se revelam muito grandes. Embora a estrada de ferro e a colônia agrícola sejam de fato, os dois maiores projetos oficiais realizados na primeira colonização do Território, a documentação conservada nunca mereceu atenção das autoridades competentes. Por isso nem a Estrada de Ferro nem a colônia agrícola possuem um arquivo próprio e muito menos organizados. As próprias repartições públicas do antigo Território não con servaram as documentações organizadas.

Então, meu primeiro trabalho, e pode dizer-se um trabalho exaustivo, consistiu na busca e o salvamento da documentação sobrevivente. Duran te 4 anos em viagens, repetidas e demoradas ao Estado de Rondônia, fui procurando descobrir esta documentação. Tive finalmente a sorte de encontrar papéis amontoados num galpão da antiga garagem da antiga se de do núcleo, onde funcionava a sub-prefeitura do distrito.

Esta documentação que me foi entre gue pela prefeitura de Guajará-Mirim, compõe-se principalmente de correspondências oficiais da administração do núcleo colonial. São aproximadamente 800 documentos

de estatísticas de produção, informes ao D.P. do Território, portarias, recibos, tipos de documentos fiscais, etc.

Meu primeiro trabalho foi resgatar esses documentos, muitos deles em mau estado de conservação e depois tentar classificá-los atendendo ao conteúdo e à cronologia. Esta é a documentação básica usada para a pesquisa, dado não existir nenhuma bibliografia direta sobre o tema.

Ao mesmo tempo procurei recorrer a memória viva entrevistando antigos colonos, autoridades do Território e, habitantes da zona na época a que se refere este estudo e também os administradores atuais. O total de entrevistados atingiu quase cem. Desta forma, pode-se dizer que a contribuição da História Oral é significativa, embora não se possa considerar um trabalho técnico neste aspecto, por não dominarmos então a metodologia.

Como complemento, recorremos a obras que tratam de citações mais ou menos afins que nos puderam informar sobre o processo de colonização.

Tratando-se de um tema novo de um espaço geográfico reduzido e de um curto período de tempo, a interpretação teve menos lugar em nosso tra-

balho que a descrição. Foi mais um trabalho pioneiro resgatando uma parte da memória nacio - nal em vias de perder-se irremediavelmente.

Na organização da matéria demos um destaque especial à periodização como forma de estabelecimento de etapas e compreensão de um processo evolutivo. De acordo com essa periodização são quatro os capítulos em que foi dividido o trabalho. O primeiro é dedicado aos antecedentes históricos, traçando as grandes linhas, a ocupação e organização política da região até a constituição do Território do Guaporé em 1943.

O segundo capítulo é dedicado à política de colonização iniciada pelas autoridades do Território que embora mais ampla na intenção, ficou restringida à instalação do Núcleo do Iata.

A criação e o desenvolvimento deste núcleo é o tema de nossa pesquisa. Neste capítulo é estudado o período de assentamento, que durou 5 anos (de 1944-1949).

O terceiro capítulo dentro da periodização proposta corresponde ao periodo de pleno desenvolvimento, que poderiamos chamar de apogeu da colônia, estendendo-se de 1950 até 1962. Recebem um destaque especial os aspectos de produção e povoamen

to.

No quarto capítulo é analisado o problema da decadência ligado à extinção da ferrovia. É interessante constatar como um projeto agrícola em pleno funcionamento e de relativo volume pode passar em poucos anos de uma situação próspera a uma situação de desativamento e de quase extinção. Várias são as causas que concorreram para este fim inesperado da colônia. Podemos dizer que esta é a parte mais interessante de nossa pesquisa e que merecerá mais tarde um aprofundamento.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS À COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

O presente trabalho se refere à colonização ocorrida no interior do Guaporé entre os anos 1944 à 1972. Mas para a compreensão deste tema é conveniente traçarmos antes uma síntese dos tempos que precederam essa colonização.

Se queremos oferecer uma periodização do Povoamento desta parte da Amazônia, devemos re montar-nos até o século XVII, quando se iniciam o des cobrimento e as primeiras tentativas de colonização.

Tomando como critério diretivo a finação da população, três são os períodos para uma periodização do povoamento deste Território. No primeiro período, que abrange os séculos XVII e XVIII, se realizam os descobrimentos e primeiras tentativas de ocupação da região: primeiro pelas missões jesuíticas, de pois pela passagem dos buscadores de ouro e preadores de índios, mas sem se chegar a uma fixação efetiva de população.

O segundo período, que se estende por todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, marca a chegada dos primeiros colonizadores atraídos pela extração da borracha. Trata-se ainda de uma população rarefeita e instável, pois sujeita a todas as contingências dessa atividade.

O terceiro período, que já marca uma ocupação constante e efetiva, se inicia com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1907, e leva à constituição de pequenos núcleos colonizadores dedicados à agricultura, o que possibilita a posterior determinação de uma colonização efetiva com a criação do Território do Guaporé.

Por se tratar de uma área territo-

rial pertencente a região amazônica, se faz necessário que, neste último período, 1917-1943, se dê um en foque especial sobre o perfil sócio-econômico da Amazônia, tomando-se como linha condutora a política de valorização da borracha.

1. ETAPAS DE OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA

A. PRIMEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO

A primeira etapa de ocupação da $\underline{\tilde{a}}$ rea que hoje constitui o Estado de Rondônia remonta ao período colonial.

O primeiro fato histórico conhecido sobre a região se inicia com a expedição do ban deirante Antônio Raposo Tavares realizada na primeira metade do século XVII. Esta bandeira, partiu de São Paulo "com uma missão oficial secreta por parte da Coroa de Portugal, qual seja, a de devassar, reconhecere ampliar os seus domínios da América" (1). Raposo Tavares, após penetrar nos altiplanos boliviano, "atingira o rio Mamoré e em seguida o Madeira, percorrendo-o em toda sua extensão, até a foz, no rio Amazonas, do qual se serviu também para chegar ao Oceano Atlântico" (2).

No início do século XVIII, com a descoberta de ouro na área de Cuiabá, várias foram as expedições que partindo de Belém do Pará pretendiam chegar às minas de ouro do Mato Grosso através dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé. Dessa forma, ao se chegar na metade do século XVIII-data em que foi celebrado o reconhecimento dos limites da América Portuguesa pelo tratado de Madri - os rios Madeira e Mamoré eram já bem frequentados "pelos que se dirigiam de Belém do Pará, às Minas de Mato Grosso, e pelos que faziam a viagem em sentido inverso" (3).

Assim, o século XVIII é marcado por sucessivas expedições que, ora partindo de São Paulo, ora de Belém do Parã, penetravam naquela parte da Amazônia, enfrentando as dificuldades de navegação fluvial, a insalubridade da região e a presença constante de numerosas tribos de índios hostis que dificultavam a penetração do homem naquela região.

Embora se saiba que desde o século XVII aquela região começara a ser conhecida por bandeirantes e outros exploradores, porém a única ocupação civilizada de que se tem notícia durante esse século, era formada de apenas algumas missões jesuíticas, empenhadas na catequese de índios.

A partir da primeira metade do sé

culo XVIII, além dos jesuítas, "encontravam-se alguns coletores de drogas que, percorriam a rio Madeira, visavam também a captura de índios. Nunca pretendiam, porém, se fixar à terra ou nela produzir riquezas, iam somente em busca de enriquecimento" (4).

Ademais, a posição interiorizada da região, fez com que essa primeira etapa do povoamento se apresentasse com uma ocupação esparsa e transitória. Um dos poucos testemunhos dessa época é o Forte Principal da Beira, situado às margens do rio Guaporé.

O Forte Principal da Beira foi construido na segunda metade do século XVIII pelo então Governador da Provincia de Mato Grosso Luíz de Albuquerque. A construção do Forte tinha como objetivo de fender os limites territoriais da América Portuguesa contra os ataques de invasores espanhóis.

B. SEGUNDA ETAPA DE OCUPAÇÃO

A segunda etapa de ocupação deu-se na segunda metade do século XIX influenciada pela extração da borracha, que atraiu para a bacia do Alto Madeira levas de migrantes nordestinos que, vindos da se

ca, procuraram a subsistência na extração da borra cha. Essa nova atividade econômica provocou uma ocupação mais efetiva na região, apesar de ainda espar sa.

A comprovação científica da borra - cha - a vulcanização - ocorrida nos Estados Unidos em 1839, desencadeou uma maior procura pelo produto por parte dos E.U., França e Inglaterra, que passaram a va lorizar a borracha amazonense. Iniciando-se assim, a partir da 2a. metade do século XIX, a intensificação ex trativista da borracha em toda a Amazônia.

Essa nova atividade promoveu a <u>pe</u> netração de grande contingente migratório para o interior de Rondônia. No que diz respeito a organização <u>o</u> cupacional, essa penetração se processava livremente, sem a intervenção dos poderes públicos. Os governantes se limitavam apenas ao interesse do comércio de exportação da borracha. "Nunca se preocupavam com a norma lização pela fixação da população ao solo, dando-lhe a posse da terra e defendendo-lhe a saúde" (5).

As primeiras migrações para o interior de Rondônia datariam de 1850, segundo relatórios do Estado do Amazonas da Época. Estes relatórios mencionam a entrada de milhalhes de seringueiros através do rio Madeira para ocuparem as margens dos rios Mamo

ré e Guaporé ricas em extensas áreas de seringais nativos. "No final de 1.800, cerca de 80.000 homens estariam ocupados à atividade extrativista ao longo do Madeira, na região do Guaporé e de Ji-Paraná" (6).

C. TERCEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO

A terceira etapa de ocupação teve início a partir da primeira década de nosso século, em decorrência da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciada em 1907 e concluída em 1912.

O objetivo maior da construção da Ferrovia era cumprir o acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia através do Tratado de Petrópolis de 1903. Es se tratado tinha como finalidade por termo à disputa da região fronteiriça - território Acreano - entre Brasil e Bolívia. Cabia à Bolívia a desistência da soberania sobre o território Acreano; e ao Brasil, a obrigação de construir uma ferrovia próximo a fronteira da Bolívia, de modo que desse condições a esta para escoar seus produtos para os portos marítimos do Atlântico.

Para resolver o impasse entre os

dois países, foi decidida a escolha da área entre Porto Velho e Guajará-Mirim, onde já existiam, desde o sé culo anterior as demarcações iniciais da construção de uma ferrovia que margeava os rios Madeira-Mamoré evitando os trechos encachoeirados dos mesmos. Assim, em 1907 teve reinício a construção da ferrovia sob a denominação Madeira-Mamoré Railway, em virtude da companhia construtora ser norte-americana.

A construção da ferrovia atingiu uma extensão de 366 km. Iniciava em Porto Velho e terminava em Guajarã-Mirim, fronteira com a Bolívia. "Du rante o período da construção, foram importados 21.717 trabalhadores, a maioria estrangeiros" (7). Porém, es se número não entra nos indicadores da ocupação, por ter a maior parte regressado aos locais de origem. Ou tros em quantidade menor, faleceram. Apenas um peque no número desses trabalhadores fixou residência em Por to Velho e Guajarã-Mirim.

Antes do término da obra, já se registrava um expressivo número de migrantes fixados em duas extensas áreas de seringais de propriedade da companhia Madeira-Mamoré Railway. Esses seringais foram adquiridos pela companhia construtora da ferrovia desde o início da obra, quando a borracha ainda estava em alta na balança comercial. "O primeiro seringal, 'Ju lio Muller Rubber State', situava-se ao longo da via

férrea, desde o quilômetro 169, no rio Mutum, até Guajará-Mirim, no quilômetro 364. Este seringal se estendia, pois, ao longo de 195 Km., junto à ferrovia. O segundo seringal 'Guaporé Rubber State', ia desde Guajará-Mirim até o Forte Príncipe da Beira. Numa extensão de aproximadamente 250 Km" (8).

Segundo o Capitão Alípio, "em 1916, quando a crise da desvalorização da borracha já era uma realidade, todo o contingente populacional das á reas de seringais próximos à ferrovia, perfazia um total de aproximadamente 1.500 ocupantes" (9).

Nessa etapa de ocupação, os dois pontos extremos da ferrovia consolidaram-se em duas maiores concentrações populacionais. Outros pequenos pontos populacionais foram se formando ao longo do eixo ferroviário, a partir de algumas estações ferroviárias localizadas em áreas de confluência ou próximas aos rios cujos vales eram ricos em seringais.

D. QUARTA ETAPA DE OCUPAÇÃO

A quarta etapa de ocupação do espa ço regional de Rondônia é considerada o marco inicial de uma ocupação efetiva e organizada. Teve início em 1943.

Os fatores que contribuiram para que essa etapa de ocupação se processasse de forma organizada podem ser vistos sob dois aspectos: um, sob o ponto de vista nacional, abrangendo a reestruturação do processo político brasileiro, que deu origem à política de valorização da economia nacional e à de: expansão territorial; o outro, advém da própria situação local do espaço regional, já então privilegiado pe lo tráfego da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Numa perspectiva de visão de conjunto podemos subdividir o primeiro desses fatores em dois:

primeiro, o da política de valoriza ção da economia nacional, que originou medidas de expansão à economia Amazonense. Embora, num primeiro momento, tais medidas visassem apenas a exploração econômica com vista ao benefício nacional, não deixaram, porém, de representar estratégias de ocupação territorial.

Partindo-se desse princípio, surge a necessidade de incluir-se nos estudos da quarta etapa de ocupação de Rondônia, um breve enfoque sobre a situação sócio-econômica da Amazônia num período pre

cedente ao processo de reestruturação da política na cional, bem como no decorrer dos primeiros anos desta.

Segundo, a política de expansão ter ritorial deu origem à criação do Território Federal do Guaporé em 1943 que, foi, sem dúvida, a mola propulssora a acelerar o processo de povoamento e fixação do homem nâquela região, até então, escassamente povoada. O conjunto de medidas tomadas pelos governos Federal e Territorial, deu um novo sentido às ativida des produtivas, decorrentes da expansão da fronteira econômica do país rumo ao oeste.

D.1. - O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA AMAZÔNIA 1917 a 1943

o perfil sócio-econômico da Amazô nia neste período é traçado pelo desmoronamento finan
ceiro da borracha. As razões que desencadearam a
debacle da grande riqueza Amazonense são decorrentes
do surgimento da produção gomífera asiática em gran
de escala.

No final do século XIX, um inglês

transportou mudas de seringueira da Amazônia para Londres e depois as cultivou na Ásia. Trinta anos depois, a indústria do látex Asiático desenvolveu a ponto de concorrer com a borracha natural da Amazônia.

A produção Asiática, processava-se em linhas simétricas, orientada através de técnicas mo dernas, que influíram no rendimento das colheitas. O baixo custo de produção aumentava a lucratividade com a colocação rápida do produto nos mercados mundiais.

Em condições adversas às da Ásia, a borracha produzida na Amazônia, com técnicas primitivas, ainda no regime extrativista, não podia desenvolver uma produção capaz de concorrer com o mercado Asiático, pois, o anacrônico extrativismo jamais con corre com o capitalismo. Em virtude desse atraso, "os mercados mundiais transferiram sua preferência para o látex do Oriente, de preço mais baixo e custo operacio nal mais leve" (10).

Com isso, a Amazônia passou a viver uma situação financeira desmedrada, sem comprador, e assistindo, sem nada poder fazer, o preço de sua principal fonte de riqueza cair.

Para melhor entendimento da real situação da Amazônia no período em estudo, transcrevemos o relatório do Governador do Pará (1929) Eurico de

Freitas Vale:

"Não curamos de outras fontes de riquezas, incidindo na perigosa política de arrumar toda nossa economia na renda de um único produto. A nossa vida de outrora, tão fácil e abundante de recursos, habituou-se a uma situação que hoje dificultosamente podemos aguentar."(11)

Tal colocação nos dá impressão de se tratar de uma situação isolada da região, em relação às demais do Brasil. Embora, sua situação geográfica in teriorana, a distancie de outros centros produtores do país, jamais a Amazônia deixará de ser colocada no contexto geral da crise que assolou o Brasil nesse período.

Com a estrutura econômica desorganizada, a saída para a Amazônia era esperar que o Gover no Federal tomasse medidas para protegê-la, porém, tal objetivo não foi alcançado, de imediato, por chocar-se com os interesses da política dominante dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - grandes produtores de então, cuja produção agropecuária e agro-industrial já se destacava no mercado de exportação.

Ao longo dos anos 1917 até 40, para as

elites políticas brasileiras controladoras do parque industrial nascente no país, "a Amazônia deveria perma necer novamente fechada, conservada com pequenas migalhas para evitar a deteriorização completa. Qualquer medida objetiva ficava para o futuro, já que outras á reas brasileiras mais viáveis ao desenvolvimento imediato, chamavam por soluções" (12).

Sabe-se que as mudanças estruturais in troduzidas na política brasileira a partir de 1930, não atingiram de imediato todos Estados brasileiros. Do ponto de vista sócio-econômico destacam-se apenas al guns Estados que já estavam engajados no sistema capitalista - S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais . Para esses Estados houve todo um desdobramento de interesses do governo federal no sentido de promover mudanças que apresentassem o engrandecimento da economia nacional.

Para os Estados das regiões menos "promisseras" Nordeste e Norte, as tentativas de mudanças le vadas com a penetração capitalista, não correspondiam a realidade socio-econômica local e os resultados foram contraditórios aos objetivos iniciais.

No caso do Nordeste mesmo sem muito s \underline{u} cesso, a penetração capitalista tentou transformar as pequenas áreas e engenhos produtores de cana-de-açúcar

em latifúndio e usinas açucareiras. "Na grande lavou ra canavieira, ou mais propriamente, na agro-indústria do açúcar, as transformações capitalistas foram cau sas de profundos desequilíbrios e distorções que assu miram no nordeste aspectos de excepcional gravidade e concorreram para comprometer de maneira irreversível toda a economia da Região". (13)

No caso do Norte, em especial o Estado da Amazônia, não houve sequer tentativas de mudanças, muito menos inversão de grandes capitais no sentido de aproveitar ou ampliar a economia regional. Isso na primeira década em que se processavam as mudanças estruturais da política brasileira.

Os Estados considerados avançados - com suas elites representando os blocos de poder em lutaconjugaram seus esforços objetivando dirigir a economia nacional. A Amazônia, pelo contrário, com sua estrutura social enfraquecida, devido à falta de apoio econômico; não teve como se ajustar às classes hegemonicas no poder. Sem uma burguesia industrial, com uma classe média emprobrecida e um contingente rural em retrocesso econômico, era impossível para a Amazônia participar do quadro de mudanças que ocorria na década de 30, acompanhado por outros Estados.

Ao iniciar a década de 40, a política

Nordeste. O Norte, com um imenso espaço geográfico ain da desocupado, foi-se povoando pelas correntes migratórias que fluiam do nordeste sob a proteção legal do governo brasileiro. Para o Nordeste esse amparo significava umafuga aos problemas climáticos que, constantemente, preocupavam os nordestinos.

para consolidar os interesses dos dois governos, "o vale amazônico foi logo posto em evidência dada a imensidão de seus seringais nativos e, já que era preciso produzir borracha a qualquer custo, de qualquer jeito e maneira, foram considerados importantes frente de guerra às atividades de sua extração na Amazônia" (15). Com fins de desenvolver esses interesses, foram criadas facilidades e condições indispensáveis através da abertura de créditos especiais.

Como uma das primeiras providências, destaca-se a assinatura de um convênio com o Departa - mento Nacional de Imigração no início de 1942, que teria por finalidade encaminhar trabalhadores nordesti - nos para a Amazônia. Registra-se nesse ano, a ocorrência de uma grande seca no nordeste. Essa ocorrência facilitou, ao Governo Federal, promover o deslocamento do trabalhador nordestino até a Amazônia. Em novembro de 42 foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

Em Junho de 1942, pelo Decreto-Lei nº

expansionista de Vargas chega à Amazônia. Quer pela venda da imagem de líder democrático, quer pela quebra de 97% das áreas produtoras de borracha na Ásia em poder dos japoneses, a Amazônia passa a ser inserida nos planos de desenvolvimento econômico nacional.

Considera-se que as novas medidas dirigidas à Amazônia foram criadas, principalmente, para atender ao mercado internacional no período de guerra, sem a preocupação expressa de valorizar a região. O discurso proferido pelo diretor executivo do Controle dos Acordos de Washington, em 1943, numa visita a Manaus, mostra a real intenção da política econômica dirigida à Amazônia. "O objetivo essencial da Campanha pela intensificação da produção da borracha é proporcionar aos nossos aliados - às Nações Unidas - um volume sempre crescente do precioso látex, com o qual possam acelerar as indústrias de guerra" (14).

As novas diretrizes na política de transformação do quadro econômico do país, iam tomando consistência à medida que o capital Norte Americano participava do desenvolvimento nos diversos setores de produção brasileira.

Com efeito, os acordos financeiros en tre Brasil e Estados Unidos, visando interesses mútuos, beneficiaram duas regiões extremas do Brasil: Norte e

4.509, foi autorizado ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, abrir o crédito especial no valor de 7.736.190\$0 para localização de trabalhadores no vale dos rios amazonenses.

Em dezembro do mesmo ano, sob o Decre to-Lei nº 5.044, foi criada a Superintendência de Abas tecimento do Vale Amazônico - SAVA, sediada em Belém do Pará, subordinada à Comissão de Controle dos Acordos de Washington.

Ainda em 1942, foi criado o Banco de Crédito da borracha (hoje BASA). Era mais um órgão que se destinava a supervisionar e desenvolver o programa da produção gomífera. Juntamente com a Agência Norte A mericana, Rubber Development Corporation, formava-se o Núcleo Central da "Batalha da Borracha".

Enfim, como forma de atrair maior núme ro de trabalhadores para a Amazônia, o Governo Fede ral publicou, em fevereiro de 1943, o Decreto-Lei no 5.225, que equiparava o extrativismo gomífero ao serviço militar. Assim, o trabalhador era considerado um "soldado da borracha". Nessa nova categoria, o trabalhador recebia uma pequena remuneração mensal, a contar da data em quesaía do nordeste, até sua posterior instalação no seringal.

Dentre as diversas formas de amparos le

gais ao atendimento à campanha da borracha, incluia-se também o abastecimento de gêneros básicos, importados, controlados pela SAVA. Segundo o relato de alguns exseringueiros, o seringueiro era impedido de cultivar a agricultura, até mesmo a de subsistência, sob o risco de perder a ajuda alimentar que recebia da SAVA.

Como se pode observar, nos três anos da década de 40, não havia ainda um planejamento da ocupação no território Amazonense, havia nas um interesse dirigido à obtenção imediata de re cursos econômicos com vistas à economia nacional. As próprias condições de trabalho forçavam o deslocamento contínuo do homem de um local a outro. Além do tratava-se de um plano emergencial para atender às ne cessidades da guerra, com um prazo de exploração pre visto para atender a esses interesses, unicamente de seis (6) anos.

Apesar destas limitações, devemos admitir que o velho fantasma do isolamento assombrador da Amazônia, estava sendo eliminado. Em seu lugar, resurge a esperança de uma vida promissora. De fato, nesa nova fase histórica da Amazônia, surgem novos fatores que encadearão a política de ocupação organizada. Destacando-se nesse contexto, a criação do Território do Guaporé.

D.2. - CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ - 1943

A criação do Território Federal do Gua poré se insere nos resultados da política de expansão territorial proposta por Vargas, como meio de integrar as regiões periféricas do Brasil na política nacional.

Mas a escolha daquela área para se constituir em Território com delimitações política e geográfica, foi preconizada por Aluízio Ferreira que, como administrador da Estrada de Ferro Madeira-Momoré desde 1931, conhecia a condição de abandono por que pas savam Porto Velho e Guajará-Mirim - pontos extremos da Ferrovia e pertencentes aos Estados do Amazonas e Mato Grosso.

Desde 1936 até 1940, Aluízio Ferreira vinha realizando, sempre que possível, reuniões e conferências com oficiais do Exército e representantes maiores do Governo Federal. Sua principal preocupação era promover o desenvolvimento daquela região. Para tanto, seria necessário desmembrá-la dos Estados a que ela pertencia.

Com a visita de Getúlio Vargas a Porto Velho em 1940, Aluízio sentiu que se aproximavam as

realizações de seus ideais ao ouvir do presidente da na ção um discurso em que se ressaltavam as seguintes fra ses:

"Isso aqui já é um Território Federal!

Em Porto Velho cada operário é um soldado, cada operário com objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria" (16).

O processo para o Decreto do Território demorou mais três anos a contar daquela data. Finalmente, a 13 de setembro de 1943, o Decreto-Lei nº 5.812, do Presidente da República, decretava não só a criação do Território Federal do Guaporé (hoje Rondônia), como também os do Amapá, Rio Branco (hoje Roraima), Iguaçu e Ponta Porã. Aluízio Ferreira, nessa ocasião jã com patente de major, foi nomeado primeiro go vernador do território.

A posse do governador foi dado pelo Ministro da Justiça Marcondes Filho que fez o seguinte promunciamento:

"A criação dos nossos Territórios Federais junto às nossas fronteiras, vem dar realce ao exato sentido de brado de Marcha para o Oeste, com que o Sr. Presidente da República dispertou a atenção dos brasileiros para as nossas realidades."

A Marcha para o Oeste não é uma si<u>m</u> ples indicação sem rumo, sem limite, sem objetivo, sem designio. Esta famosa orientação do Sr. Presidente República, traçada na Zona Litorânea, busca o Coração do Brasil. Quer levar vida e movimento à sociedade das florestas virgens que demoram no centro do solo nacional. Não é outro o pensamento que à criação de novos territórios, não é outro objetivo su perior que lhes é conferido criando novos núcleos povoamento, de civilização e de riqueza nos distantes do litoral atlântico. O Sr. Presidente República deseja que de todos os lados do Brasil, Marcha se organize para o âmago da terra brasileira; a fim que umas regiões não progridam à custa do sacri fício ou do esquecimento de outras, por falta da sença do Estado Nacional'

Com o desmembramento dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, a Área Territorial do Guaporé, constitui-se de 243.044 km². Seus limites políticos e geográficos foram estabelecidos: a norte e nordeste, o Estado do Amazônas; a leste Mato Grosso; ao sul, sudoeste e oeste a República da Bolívia e a Nordeste, o Estado do Acre. Sua forma assemelha-se a de um ovo, porém, mais largo ao norte do que ao Sul.

A Organização Política do Território foi instituída pelo Decreto-Lei nº 7.470 - de 17 de Abril de 1945. No artigo primeiro deste Decreto en contra-se a divisão administrativa e jurídica do território, que compreende dois municípios: Porto Velho e Guajarã-Mirim. Sendo que, Porto Velho abrangia seis (6) distritos e Guajarã-Mirim três (3).

Porto Velho - Capital do Território, está situada na margem direita do rio Madeira. É
ponto terminal da navegação do rio Madeira e inicial
da ferrovia Madeira-Mamoré;

Jaci-Parana - Situado entre os rios Madeira e Jaci-Parana;

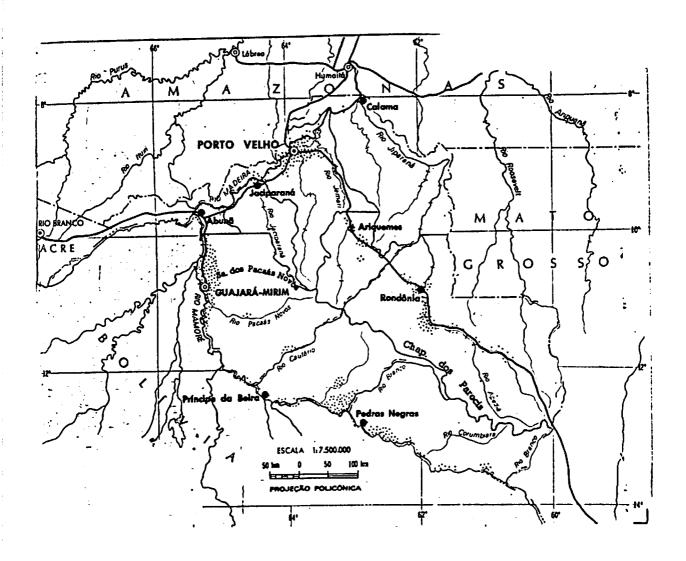
Abunã - Situado à margem direita do rio Madeira, próximo à Foz do rio Abunã;

Ariquemes - Situado na margem es querda do rio Jamari, hoje é cortada pela Br. 364;

Rondônia - Situado na margem es querda do rio Ji-Paraná, próximo à Foz do rio Urupá. Hoje é cortado pela BR. 364;

Calama - Situado na confluência do rio Madeira com o rio Ji-Paraná, é o principal porto do Madeira dentro dos limites do território. Todos es ses distritos fazem parte da região norte do Território.

MAPA DO TERRITÓRIO APÓS SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO



Os da região sul:

Guajarã-Mirim - Situada na margem direita do rio Mamoré em frente à cidade boliviana de Guayaramirim "Guajarã-Mirim, surgiu em decorrência da construção da ferrovia, em 1907, no início desta, era apenas um ponto de referência geográfica. Em 1928, o governo do Estado de Mato Grosso elevava-a à catego ria de cidade" (18). É o ponto terminal da ferrovia e inicial da navegação dos rios que a ligam com o Mato Grosso: Mamoré e Guaporé.

principe da Beira - Situado na mar gem direita do rio Guaporé; Nele se encontra (a forta leza) monumento histórico que lhe deu o nome. Desde há muito é guarnecida por um pelotão de Fronteira do E xército brasileiro. É um dos principais portos do rio Guaporé.

Pedras Negras - Situado na margem direita do rio Guaporé, importante centro produtor de castanha, couro, e outros produtos nativos.

(vide anexo l do quadro de divisão Administrativa e Jurídica do Território).

ANEXO Nº 1 - DO DECRETO Nº 7.470, DE DE ABRIL DE 1945 QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO

Circunscrição exclusivamente Judiciária		Circunscrição exclusivamente Administrativa		Circurscrição Simultareamente Administrativas e Judiciárias		Sedes das Circunscrições		
n? de Ordem	nome	n? de Ordem	nome	nº de Ordem	nome	nº de Ordem	nome	Categoria
1	Porto Velho	1	Porto Velho	1 2	Porto Velho Abunã (ex. P <u>re</u> sidente Mar - ques)	1 2	Porto Velho Abuna (ex. Pre sidente Mar ques)	Vila
				3 4 5	Ariquemes Calama Jací-Paraná (ex. Generoso Ponce)	3 4 5	Ariquemes Calama Jaci-Paraná (ex. Generoso Ponce).	Vila
				6	Rondônia (ex Presidente Pena)	6 7	Rondonia (ex. Presidente Rena). Guajara-Mirim	
2	Guajarã-Mirim	2	Guajarā-Mirim	7 8 9	Guajarã-Mirim Pedras Negras Príncipe da Beira	8	Pedras Negras Princípe da Beira	Vila Vila

D. 3 - IMPORTÂNCIA DA ESTRADA DE FERRO M. M. NA OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA

Bem antes de se constituir em Território do Guaporé, aquela área já figurava no quadro de estatísticas da economia amazonense, apresentando um elevado índice de produção no comércio da borracha do extremo norte. Tinha, ademais, como elemento de influência, a ferrovia que escoava toda a produção.

No início de 1943, quando uma comitiva de dirigentes e representantes dos Acordos de Washington visitou aquelas paragens para conhecer de perto as áreas produtoras de borracha, fez a seguinte observação sobre a importância da ferrovia:

"Cabem à Madeira-Mamoré, por força de sua situação privilegiada, sem dúvida impar, os mesmos imperativos de iniciativa, ponto de partida para qualquer empreendimento, espinha dorsal a imprimir diretrizes a todo movimento que interesse à região. Também o será em relação a Batalha da Borracha" (19).

É, por conseguinte, conveniente ressaltar que durante toda a sua existência a ferrovia foi de grande importância àquela região.

Na própria história da ferrovia en contra-se uma série de acontecimentos que se ajustam às perspectivas de progresso daquela região.

Do ponto de vista histórico da ocupação da região, a ferrovia desempenhou um importante papel na formação de pequenos núcleos agrícolas, que antecederam à criação da colônia agrícola oficial instalada após a criação do Território; e na sua área de influência, surgiram: A Cachoeira de Samuel, Costa Mar ques, Pedras Negras, Ariquemes e Fortaleza do Abunã, que na época áurea da extração da borracha, se constituíram em núcleos de apoio à produção e escoamento da produção da borracha. Vale ressaltar ainda, a sua contribuição ao surgimento das duas principais cidades: Porto Velho e Guajará-Mirim, importantes centros merciais em contato direto com os grandes centros pro dutores do país e com a Bolívia.

Com relação ao período áureo da "Batalha da Borracha" (1942-1945), a ferrovia figurou como escoadouro obrigatório da maior parte da produção gomífera extraída das áreas que serpenteam os alto tributários do Madeira (o Machado, o Jamari, o Jaci-Pa

raná, o Abunã e seus formadores), os rios Mamoré, Guaporé, Beni e toda uma rede de afluentes e confluentes de território boliviano e grande parte em território brasileiro.

Relembrando-se os tempos críticos da produção da borracha (1917-1941), que provocou a debandada de grande número de seringueiros, foi a ferrovia que serviu de amparo a todo um corte destronado. A lém de abrigar as famílias, contratava o seringueiro para extração de lenha ou serviços de estiva da ferrovia. Naquela época eram tantos os desânimos e decepções advindas da desvalorização da borracha, que a propria empresa estrangeira, até então, concessionária da ferrovia, perdeu o estímulo de explorá-la.

Encampada pelo Governo Federal em 1931, a ferrovia passou ao controle nacional, tendo seu primeiro administrador, Capitão Aluízio P. Ferreira, de reintegrá-la na sua real finalidade, a de colaboração no progresso da região.

Para atingir esse objetivo, o administrador teve que criar um sistema satélite de servi
ço: idealizou a criação de núcleos agrícolas que margeassem a ferrovia, instalou escolas rurais, criou um
estabelecimento de assistência à saúde em Porto Velho
e fundou o contingente militar de fronteira.

Num primeiro momento, a ferrovia representou um marco histórico da terceira etapa de o cupação da região. A partir dessa etapa se iniciam os primeiros passos de uma ocupação organizada. O segundo momento de relevante importância da ferrovia, foi o da criação do Território. Dada a localização da Ferrovia, próximo à fronteira do Território boliviano, o Território vinha dar soluções à premente necessidade das medidas de segurança nacional.

Dentro da estrutura organizacional do território, a ferrovia desempenhou um importante papel no campo sócio-econômico. As terras ao longo da ferrovia, onde já existiam pequenos núcleos populacionais, foram escolhidos para uma ocupação moldada e organizada de caráter oficial, dando origem aos núcleos coloniais.

Entende-se assim, que o valor histórico da ferrovia, desde sua criação em 1907 até sua extinção em 1972, consiste, não somente na ocorrência de fatos isolados, mas sim, no progresso político, social e econômico daquela região.

Do retrospecto histórico que acabamos de expor, fica evidente que, no conjunto de fato res, que antecederam e influenciaram a implantação das
colônias agrícolas daquela região, a criação do Terri-

tório do Guaporé foi o de maior importância. Com uma administração própria, o Território viabilizou uma in fra-estrutura que possibilitou um maior aproveitamento dos recursos naturais e humanos ali existentes.

Amparado pelo Decreto-Lei Federal no 5.839 de 21 de setembro de 1944, o Governo do Território pode criar uma série de dispositivos legais concernentes à estrutura das colônias agrícolas, que na época já existiam, mas apenas como pequenos núcleos de cultivo agrícola de subsistência. Com os incentivos governamentais, a agricultura do Território saiu do estágio de subsistência para o comercial.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO I

- (1) RODRIGUES, Manoel Ferreira. In: "A Ferrovia do Dia bo". Pág. 29. cap. 1.
- (2) GOMES, Amizael da Silva No Rastro dos Pioneiros.

 Um Pouco de História Rondoniana. Pág. 3, Porto

 Velho, 1984.
- (3) Op. cit. p. 48 (M.R.F.)
- (4) GOMES, Amizael da Silva. Op. cit
- (5) COSTA, João Craveiro. A Conquista do Deserto Ocidental. S. Paulo, 1973, p. 35.
- (6) Fundação Getúlio Vargas/Ministério da Agricultura.
 Projeto de evolução recente e situação atual de agricultura brasileira citado em Relatório da Agricultura de Rondônia 1982.
- (7) Op. cit. Rodrigues M. Ferreira. p. 281.
- (8) Op. cit. Rodrigues M. Ferreira. p. 295.

- (9) Capitão Alípio. Ex-integrante da Comissão Rondon no período de implantação de vias telegráficas no interior de Rondônia. Entrevista pessoal em 15 de julho de 1982. Guajará-Mirim, RO.
- (10) **SOUZA**, Márcio. A Expressão Amazonense: do Colonialismo ao Neocapitalismo. São Paulo, 1977, p. 135.
- (11) Relatório do Governador do Pará (1929) citado na obra de Leandro Tocantins: "Amazônia: Natureza, Homem e Tempo". Rio de Janeiro 1960. Cap. VIII. p. 221.
- (12) Op. cit. SOUZA, Márcio. p. 137.
- (13) PASSOS, Alberto Guimarães. Quatro Séculos de Latifundio. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1981, cap. VIII. p. 177.
- (14) Jornal Alto Madeira Estado do Amazonas Porto Velho 10 de junho de 1943, nº 2.694.
- (15) **SANTANA**, Jerônimo. Discurso sobre a situação dos soldados da borracha. Diário do Congresso Nacional (Seção 1), 13 de maio de 1972, no 895.

- (16) Calendário Cultural de Rondônia. Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo. Porto Velho, 1981/85, p. 89.
- (17) Op. cit. Alto Madeira. 1943. no 2.742.
 - (18) Serviço de Geografia e Estatística de Rondônia . "Flagrantes de Rondônia". 1971. p. 5.
 - (19) Op. cit. Alto Madeira. 1943. no 2.694.

CAPÍTULO II

ASSENTAMENTO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO IATA - 1944-1949

Vimos no capítulo anterior os passos iniciais para o surgimento da colonização no interior do Território do Guaporé.

No presente capítulo, temos como objetivo principal mostrar os critérios de organização official que o Governo Territorial deu ao assentamento da Colônia Agrícola do Iata.

É sabido que, após a criação do Território do Guaporé, o então governador daquela área pretendia transformar os pequenos núcleos populacionais situados ao longo da ferrovia - em colônias agrícolas oficiais, prósperas e comerciais.

A primeira medida do governo territorial para amparar legalmente a colonização do Território, veio com a criação do Departamento da Produção, Terras e Colonização do Território. O Departamento foi criado pelo Decreto-Lei nº 02 de 25 de fevereiro de 1944.

A segunda medida veio com a criação do Regimento do Departamento aprovado pelo Decreto-Lei nº 17 em junho de 1944.

Criado com vista a estabelecer os critérios oficiais da colonização, o Regimento regula mentava o funcionamento de dois órgãos que compunham a organização do Departamento de Produção. Eram eles:

7

- I. Serviço de Fomento da Produção, que compreendia: campos de criação, estações e postos experimentais.
- II. Serviço de terras e colonização , que compreendia: secção de terras e núcleos coloniais.

De acordo com o Regimento, os órgãos de que se cumpunha o Departamento de Produção deveriam funcionar de forma coordenada e em regime de mútua colaboração com as demais dependências do Território. (veja anexo I - Regimento do D.P.).

1 - CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

De acordo com a legislação do Regimento, o governo do Perritório podia coordenar a distribuição de terras e controlar a produção. Assim, consolidava-se o primeiro passo para a instalação de colônias agrícolas oficiais.

Com esse objetivo, foram criadas, ao longo da ferrovia, as colônias do Candeias, 13 de setem bro, Periquitos e Areia Branca nas proximidades de Porto Velho e nas proximidades de Guajará-Mirim, a colônia Agrícola do Iata.

Entretanto, três delas: 13 de setem bro, Areia Branca e Periquitos, não constam nos mapas of ficiais do Território e não existe referência alguma sobre o desenvolvimento delas nas tabelas de produção a grícola. Pelo visto, essas colônias, nunca passaram do papel à existência. A quarta Colônia, a do Candeias, pa

rece que teve um início de assentamento porque aparece no mapa de ocupação oficial após a criação do Território, mas na realidade não deve ter chegado a uma verdadeira implantação, pois, como no caso das três anteriores, tampouco aparece nas listas oficiais de produção do Departamento. (vide mapa de povoamento - final capítulo).

tas colônias? A única referência que encontramos apare ce num relatório sobre o processo de ocupação em Rondo nia, apresentado pela Secretaria de Agricultura de Rondo dônia, em 1981 à Câmara Federal em Brasília. As causas aduzidas do fracasso são: "tamanho pequeno dos lotes, sendo de 25 ha. cada um, falta de assistência crediticia e consequente impossibilidade de adquirir insumos mo dernos, sementes, inseticidas e adubos, além de um esquema de colonização bastante falho" (1).

Se as colônias que deveriam local<u>i</u>
zar-se nas proximidades de Porto Velho, não chegaram à
fase de implantação e desenvolvimento, não aconteceu o
mesmo com a quinta colônia situada nas proximidades de
Guajará-Mirim, a Colônia Agrícola do Iata.

Essa Colônia, de fato, teve sua instalação em 1944 e se desenvolveu progressivamente até 1962. Embora depois, a produção começasse a sofrer oscilações até chegar a total decadência em 1972, juntamen-

te com a extinção da ferrovia.

Dessa forma, nosso estudo sobre a ∞ lonização ficarã, portanto, centrado apenas na colônia do Iata.

para tanto, vamos tentar uma periodização destes quase trinta anos de vida ativa da colônia, que há de servir-nos depois para a estruturação da matéria. Tomando-se como base o assentamento de colonos e a produção agrícola, esta periodização poderia organizar-se em três períodos.

- 1. O primeiro período, de 1944 a 49 corresponde ao assentamento da colônia com a abertura e ocupação da primeira estrada (la. linha) e se inicia com a criação do posto experimentação agrícola (Núcleo Agrícola do Iata).
- 2. O segundo período, de 1950 a 62, marca a época de plena produção com total ocupação das linhas de penetração e assentamento de colonos.
- 3. O terceiro período, que se es tende de 1962 a 72, marca a decadência da colônia em virtude da extinção da ferrovia.

2. NÚCLEO AGRÍCOLA DO IATA: ABBENTAMENTO

O Núcleo Agrícola do Iata, estava situado à margem da ferrovia, no km 341. Até 1943, esse núcleo era apenas umas das paradas obrigatórias do trem. Com o plano de colonização oficial, aquele lo cal tornou-se, a partir de 1944, um posto experimental do cultivo agrícola.

Situado à margem esquerda do rio Ma deira-Mamoré na direção Porto Velho a Guajará-Mirim, o posto agrícola ocupava uma área de 1.250 metros de frente por 2.000 metros de fundo. Sua localização geográfica é na região sudoeste de Rondônia e pertence a jurisdição política administrativa do município de Guaja rá-Mirim.

Esse posto foi criado para dar <u>a</u>
poio à organização inicial do assentamento da colonização, tornando-se logo após a sede administrativa da
Colônia Agrícola do Iata.

Quanto a extensão da área de terras a ser colonizada, não houve de início um plano que de finisse o tamanho nem o local onde deveria ser assentado o colono. Por isso, as primeiras áreas a serem cultivadas, ainda em caráter experimental, além de terem tamanhos reduzidos, eram distribuidas dentro ou

nas proximidades da área pertencente ao núcleo.

Porém, à medida que ia aumentando o número de colonos à procura de terras, surgiu a ne cessidade de definir a escolha da área que possibili tasse uma divisão de terras (lotes) em grande quantidade. A área escolhida, ainda sem delimitação de extensão passou a ser feita contando a partir do núcleo de onde se procedia a divisão de terras (lotes) no sentido norte, paralelo à ferrovia rumo a Porto Velho. No sentido vertical a divisão ia-se dando mediante a chegada de novos colonos.

Se a perspectiva do governo territo rial ao criar a colonização oficial do Guaporé, era a de fomentar a agricultura comercial, talvez tenha partido do princípio de considerar que as terras daquela área fossem naturalmente férteis.

De fato, alguns dos fatores geográficos predominantes em toda a região de Rondônia e que
viabilizam o desenvolvimento agrícola, também predominavam na área pertencente aquela colônia.

A formação florestal é do tipo \underline{E} quatorial e se divide em mata de terra firme e mata de várzea.

O clima é do tipo: Equatorial com transição tropical; Úmido nos meses de junho a setem

bro; Quente durante todo ano. Nos meses de junho a se tembro, registra-se, algumas vezes, queda sensível da temperatura, especialmente nas regiões fronteiriças com o território boliviano.

Quanto ao tipo de solo, em toda a região de Rondônia ocorrem variações nos tipos de solos, na área de terras pertencentes à colônia do Iata ocorre a associação dos tipos de solos vermelho, amarelo e arenoso distróficos.

Embora trate-se de uma área coberta por floresta densa, a fertilidade do solo era temporária. A persistência de cultivo num mesmo local durante três ou quatro anos seguidos, causava diminuição na produção.

A partir de 1945, o núcleo do Iata deixou de ser posto experimental, e passou a ser a sede definitiva da administração da colônia agrícola do Iata. Essa administração estava subordinada ao Departamento da Produção.

O assentamento da colônia abrange um período de cinco anos. Esse assentamento poderia ser escalonado em três fases:

A primeira, corresponde ao início da colonização durante os anos 1944-45 e se caracter<u>i</u> za pelo procedimento político administrativo do gove<u>r</u>

no juntamente ao D.P. para viabilizar a colonização.

A segunda, de 1946-47, marca já um avanço tanto na produção agrícola - que oferece as primeiras estatísticas - como no assentamento de colonos, que já alcança um número de 265 ocupantes.

A terceira, de 1948-49, em que o assentamento se apresenta num estágio bastante desenvolvido, as cifras da produção mais elevadas e o número de colonos atingindo a cifra de 429 ocupantes.

PRIMEIRA FASE: 1944-45

Essa primeira fase é contada a par tir das primeiras experiências desenvolvidas no nú cleo até a instalação dos primeiros colonos, já em local definido - la. linha - com área dos lotes demar cada.

Segundo testemunho de um dos primeiros colonos a receber lote demarcado - Sr. Manoel Francisco da Silva, as experiências feitas no núcleo agrícola do Iata, consistiam no cultivo de hortas, plantação de arvores frutíferas, criação de animais domésticos, especialmente aves, suinos e caprinos e no culti

vo de cereais.

"O cultivo de hortaliças era feito em canteiros cercados que ocupavam áreas de terras com 100 ou 200 m². Os porcos eram conservados presos em chiqueiros de madeira ou de arame farpado. O cultivo dos cereais era praticado em áreas de 300 a 600 m², o plantio do feijão e do milho ocupavam a mesma $\frac{a}{2}$ rea, mas em carreiras e covas alternadas. O arroz a s vezes era cultivado em área separada. Todo trabalho do núcleo era orientado pelo engenheiro Victo de Morais, primeiro diretor do Iata." (2)

Transformar o núcleo do Iata em pos to experimental do cultivo agrícola foi, provavelmente, o primeiro passo do governo territorial, na tentativa de promover uma campanha em benefício da divulgação dos planos de uma nova política econômica do Guaporé.

Para dar prosseguimento ao plano de colonização, o Governador do Território, em junho de 1944, promoveu uma campanha para atrair colonos para o Iata. Era oferecido ao migrante que aceitasse se tornar colono, um salário mensal de vinte e cinco cruzeiros (25,00\$) durante seis meses, ajuda alimentí - cia durante esse tempo e passagem de trem de Porto Velho até o núcleo.

Em julho do mesmo ano, a campanha começa a surtir efeito, "chegaram ao núcleo os primeiros colonos, aproximadamente, cinco familias de nordestinos, com 30 a 35 pessoas." (3)

O processo de organização de assenta mento se estabelecia mediante determinados critérios: Para se tornar colono, o migrante, ao chegar em Porto Velho, se registrava na Divisão de Produção, Orgão do Departamento de Produção, encarregado de encaminhar os colonos para o Núcleo do Iata.

Antes de se dirigir ao seu destino, o migrante era submetido a exames médicos e, se necessário, a tratamento hospitalar por conta do governo territorial.

Ao chegar ao núcleo, o migrante era alistado pelo administrador local e passava a residirem barrações de madeira cobertos de palha. Enquanto permanecia no núcleo, esperando a demarcação do lote onde <u>i</u> ria trabalhar, o colono participava das atividades na horta ou no "campo agrícola" do núcleo.

E interessante se ressaltar que, em bora se tratasse de um empreendimento político administrativo com perspectivas de lucros, a organização só cio-administrativa do assentamento inicial da colônia, se assemelhava ao sistema de produção comunitário. Haja

vista, que o cultivo, das terras na área do núcleo, era feita pelos colonos e seus familiares ali residentes e a produção resultante, era em parte, igualmente distribuida entre a comunidade. A outra parte era armazenada para ser redistribuida aos colonos quando devidamente as sentados em seus lotes.

A permanência do colono no núcleo, variava de três (3) a seis (6) meses. Prazo suficiente para se dar a demarcação do lote e a construção da casa do colono.

Passado o primeiro ano de experiên cia do núcleo agrícola do Iata, o governo do Território juntamente ao Departamento da Produção, viabilizaram o assentamento dos primeiros colonos em locais já definidos. No início de 1945, deu-se a abertura da primeira estrada de penetração às terras dos colonos. Essa estrada passou a ser chamada de la. linha.

A demarcação dessa linha "se iniciava nas proximidades do núcleo e seguia rumo ao norte, pa
raleão aos trilhos da ferrovia, numa distância de dois
km dos mesmos. A extensão da primeira linha era de 18
km. A demarcação dos lotes era feita de um lado e outro
da linha, cada lote media 250 metros de frente por
1000 de fundo" (4). Cada lote tinha portanto, uma área
de 25 hectares.

Ao ser transferido para seu lote, o

colono recebia da administração do núcleo, todas as ferramentas necessárias ao cultivo agrícola, sementes, aves e animais domésticos, bem como, alimento, coberto res, mosquiteiros, etc.

As terras eram dadas aos colonos, a penas verbalmente, não havia título definitivo de posse. O controle da distribuição dos lotes era feito pe la administração numa ficha em forma de cadastro. O colono tinha o direito de trabalhar na terra, mas não podia vendê-la. Ademais, a administração exercia o controle também sobre a venda da produção agrícola do colono. De vez que ela era a única responsável pela compra de todos os produtos agrícolas ali existentes.

A administração do núcleo era uma espécie de intermediária entre o governo do Território e o colono, ela exercia o controle da saída e entra da de mercadorias na colônia. Considera-se assim, que, nesse início de colonização, o colono era não um proprietário de terras, mas sim um "empregado" temporário do governo territorial.

Nessa primeira fase de assentamento da colônia, ainda não se contava com quadros demonstrativos da produção, as fontes conservadas constam apenas de algumas correspondências mantidas entre a sede da administração e o D.P.. Essas correspondências se

referem, em especial, ao processo de organização do assentamento.

Conforme oficio do secretário geral do D.P. enviado ao administrador do Iata, em 10 de fevereiro de 1945, percebe-se que, de fato, a colônia dependia do Departamento da Produção para poder se or ganizar econômica e socialmente. No referido ofício des taca-se o aviso de remessas de: "Quinze volumes com a viamento desmontado para fabricar farinha; gamela, cor da, chapas de flande para fornos, motores, etc. (grifo nosso). Dez volumes com calhas de cinco silos; dez volumes com fundos para silos e mais quatro volumes debu lhadores de milho" (5).

Verificando-se a data do ofício, en tende-se que as referidas remessas eram destinadas à beneficiar e armazenar as sementes colhidas no posto. Dali essas sementes seriam distribuídas aos colonos as sentados posteriormente.

za ou de outra qualquer, relacionada ao cultivo agrícola, chegava ao núcleo, significava mais um passo para o êxito da organização sócio-econômica da colônia.

A forma de reconhecer esse êxito era pela chegada de novos colonos. Assim, o Governo do Ter

ritório se sentia estimulado a incentivar, cada vez mais o crescimento da colônia, através da abertura de novas estradas de rodagens e com a construção de pontes na estrada da la. linha.

va conforme o número de colonos que ia chegando ao núcleo. O procedimento na abertura de novas linhas, seguia os mesmos critérios dado à primeira linha. Foram abertas mais quatro linhas, 2a., 3a., 4a. e 5a. lotes com a mesma extensão de área 25 ha e dispostos igual—mente de um lado e outro da linha, diferenciando—se a penas na extensão do comprimento das linhas (vide a nexo 2-mapa das linhas).

A forma empregada no cultivo agríco la se processava através de técnicas tradicionais. Para o preparo do solo: primeiro, o desmatamento feito com machado, depois a queimada. Caso a primeira queimada não eliminasse todo o mato derrubado, era neces sário, fazer o empilhamento (encoivaramento) para proceder a uma nova queimada. Para o plantio de cereais, usava-se a enxada ou a "matraca" máquina manual. A colheita também era feita manualmente.

SEGUNDA FASE DE ASSENTAMENTO - 1946 a 1947

Ao se iniciar a segunda fase de assentamento da colônia do Iata (1946), os critérios iniciais de organização ainda eram mantidos. Qualquer alteração sobre os mesmos deveria ser orientada pelo D. P., e se procedia de acordo com as necessidades aponta das pela administração local. Qualquer medida do administrador, tomada contra ou a favor dos colonos era notificada oficialmente por portaria ou memorandum e encaminhada ao D.P.

Baseada na acentuada queda de produção da borracha, o D.P. previa para o ano de 46 um maior número de assentamento de colonos para o Iata. Me diante essa perspectiva o D.P., preocupado com o contro le da produção, exigiu que o administrador da colônia re gistrasse todos os fatos relativos à produção: "Tomarno ta de todo produto vendido pelo colono com o respectivo preço; anotar toda ferramenta levada por cada colono e preço da mesma; fazer resumo diário da distribuição dos trabalhadores e trabalho realizado; qualquer produto u sado no campo (núcleo) pela administração deveria ser anotado, espécie, quantidade, valor e comprador; enviar mensalmente uma cópia de todos os dados para o D.

P." (6).

De fato, nesse ano (46), foram regis trados os primeiros resultados positivos do assentamento daquela colônia. A área cultivada atingia um total de 204 ha. As sementes de cereais e mudas de fruteiras plantadas atingiam os seguintes números:

QUADRO Nº 1 (7)

Milho: 1.590 quilos Laranjeira: 411 mudas

Arroz: 324 quilos Abacateiro: 20 mudas

Feijão: 12 quilos Abacaxi: 2.065 mudas

Mandioca: 25.730 estacas Cajueiro: 20 mudas

Cana: 11.870 covas

Ao realizar o levantamento da área cultivada, o administrador percebeu que a expectativa de crescimento da colônia agrícola do Iata já era uma realidade. Preocupado com o aumento do número de assentamento de colonos ocorrido naquele ano, o administrador da colônia enviou um relatório ao D.P., apresentando a seguinte reclamação:

"Neste núcleo até a presente data, não existe um regulamento que possa

ser defendido entre os colonos e pelo qual possa o encarregado regular os seus atos. A falta deste regulamento da lugar ao colono ignomo o dever que lhe assiste, ficando o encarregado, sem direito de reclamar maior parcela de contribuição dos serviços" (8).

As medidas para atender as necessidades apontadas pelo administrador só foram tomadas no final de 1947, após o levantamento da produção e população do biênio 46-47.

O quadro da população referente a esse biênio apresenta os seguintes dados: (incluindo - se os animais).

QUADRO Nº 2 - 1946-47 (9)
POPULAÇÃO E ANIMAIS

ADULTOS		MENORES		AVES DOMEST.	suino	BOVINO	NO MUAR	
М	F	М	F					
48	72	79	66	3.487	76	40	01	

QUADRO Nº 3

PRODUÇÃO 1946 - 47 (10)

PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE
No. 1 h a	1.462	saco
Milho	157	saco
Fei jão	224	
Arroz		saco
Farinha	618	saco
Fava	02	saco
Cana	9.300	kg
Mel	414	litros
Rapadura	80	kg
Gergelim	80	kg
Gerimum	10.140	un
Melancia	8.920	un
Batata	180	kg
•		

A partir dessa segunda fase, uma pequena parte da produção já passa a ser comercializada.

Ciente do crescimento produtivo e populacional que se processava na colônia do Iata nos últimos dois anos (1946-1947), o D.P., objetivando con

trolar a produção e manter a organização da colônia, criou o Regimento Interno das colônias.

E interessante ressaltarmos que a legislação, exposta no Regimento, não se refere apenas à colônia do Iata, mas sim a todas as colônias agrícolas do Território. Isso significa, portanto, que houve a criação oficial de outros núcleos coloniais. Sobre os quais já nos referimos. No final deste capítulo a bordaremos a síntese do Regimento Interno das colônias.

TERCEIRA FASE 1947-1948

Dando continuidade a avaliação do processo de assentamento, chegamos ao biênio 1947-48, terceira e última fase do período de assentamento de colônia agrícola do Iata.

Nesta fase, os quadros populacional e de produção já apresentam índices mais elevados que os do biênio anterior. Esse desenvolvimento se dava em razão do aumento de consumo por parte das cidades de Guajará-Mirim e de Porto Velho que, também, já constituem um maior número de habitantes. Não dispomos de informações precisas sobre esse número, mas segundo tes temunho do sr. Antônio Ferreira de Souza, o total de habitantes em Porto Velho e Guajará-Mirim "atingia uma

cifra de aproximadamente 9.000" (11). A partir desse período, a produção agrícola daquela colônia passa a ser destinada, em maior parte, à comercialização.

AREA CULTIVADA NESSE BIÊMIO:

223 Ha 0149

SEMENTES PLANTADAS (12)

Milho: 2.113 kg

Arroz: 775 kg

Feijão: 636 kg

Mandioca: 346.000 estacas

Banana: 2.462 filhos

Abacateiro: 32 mudas

Cará: 40 covas

Cana: 34.264 covas

Gergelim: 200 gramas

Batata: 118 covas

QUADRO NO 4

PRODUÇÃO 1948 - 1949 (13)

	QUANTIDADE	UNIDADE	
`			
Milho	2.670	saco	
Feijão	819	saco	
Arroz	780	saco	
Farinha	1.540	saco	
Fava ?	60	saco	
Cana	13.400	kg	
Mel	1.012	litro	
Rapadura	1.300	kg	
Batata	632	kg	
Gergelim	110	kg	
Gerimum	16.060	un	
Melancia .	11.130	un	

QUADRO Nº 5

POPULAÇÃO E ANIMAIS 1948-47 (14)

ADULTOS		MENORES		suinos	BOVINO	MUAS	AVES DOM.
М	F	M	F				
99	78	122	129	311	45	11	3.112

Verifica-se também que, no decorrer do quinquênio, 1944-49, deu-se uma ocupação mais efetiva ao longo da ferrovia. O recenseamento foi efetuado a partir do km três da ferrovia próximo à Porto Velho, até o km 344 próximo à Guajará-Mirim. "O número de prédios (construções realizadas) nessa extensão atingia uma cifra de .745 e o número de habitantes, perfazia um total de 2.260" (15).

Esta ocupação se dava nos locais de abastecimento de água e lenha do trem. Dessa ocupação, resultou uma nova atividade econômica no Território. Trata-se da produção do carvão vegetal e da extração de lenha.

Parte da lenha era para abastecer o trem, a outra parte, juntamente ao carvão vegetal se destinava às cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim. "Nos últimos anos do quinquênio, o consumo de lenha e carvão vegetal em Porto Velho e Guajará-Mirim atingiu a cifra de 586 m³ de lenha e 2.720 kg de carvão. Nesse mesmo período, o total de habitantes em Porto Velho já atingia a cifra de 8.123 e em Guajará-Mirim um total de 3.045" (16).

Acresce que a saída desses produtos extraídos ao longo da ferrovia, também era controlado pelo Departamento de Produção através dos agentes ferroviários.

Ao chegar ao final deste. período de assentamento, verifica-se que, apesar dos incentivos oferecidos pelo governo, não houve número de colonos suficiente para ocupar toda a área já então demarcada.

nha sido uma ocupação reduzida - neste primeiro período de colonização - o assentamento da colônia pode ser considerado um êxito como passo inicial ao desenvolvimento agrícola do Território, verificado posteriormente tanto naquela colônia, como em outras áreas recentemente colonizadas.

No que se refere as exigências do Departamento da Produção, com relação à colonização of ficial do Guaporé, verfica-se que, de fato, foram cum pridas.

O avanço da colonização e o assentamento de novos colonos foram exigidos do D.P. novas normas que regulamentassem as relações entre os colonos e a administração da colônia. Posteriormente sentiu-se a necessidade de formalizar essas normas e para isso o D.P. promulgou o Regimento Interno, das Colônias Agrícolas do Território.

3. REGIMENTO INTERNO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DO TERRITÓRIO

O Regimento constava de 26 artigos dispostos em seis capítulos.

o capítulo I referente às finalidades das colônias - destacava no art. 1º que as colônias se destinavam a lavoura em geral e hortigranjei - ros em particular, visando o aumento da produção de gêneros alimentícios, bem como o povoamento do solo do Território Federal de Rondônia.

O capítulo II dedicado a localiza-

ção das colônias e a instalação de colonos, especifica va a área mínima de 1500 ha para cada colônia, sendo os lotes de 25 a 30 ha cada um.

O capítulo III dedicado aos auxí lios, determinava que os colonos receberiam um auxílio
monetário durante 8 meses, além disso o colono deve
ria receber material de construção da sua residên cia, ferramentas agrícolas, sementes, aves, assistência médica e transporte gratuito dos produtos ao mercado.

Depois de cinco anos o colono rece beria o lote com título definitivo.

O capítulo IV era dedicado às proibições, o V, à exclusão do colono por incumprimento dos deveres e por fim, o capítulo VI sobre as disposições gerais em que devemos destacar as atribuições do administrador. Como pode ver-se esse Regimento incorporava a prática que vinha observando-se desde a criação 7 do Núcleo até o final do período de assentamento (veja em anexo o Regimento Interno das Colônias).

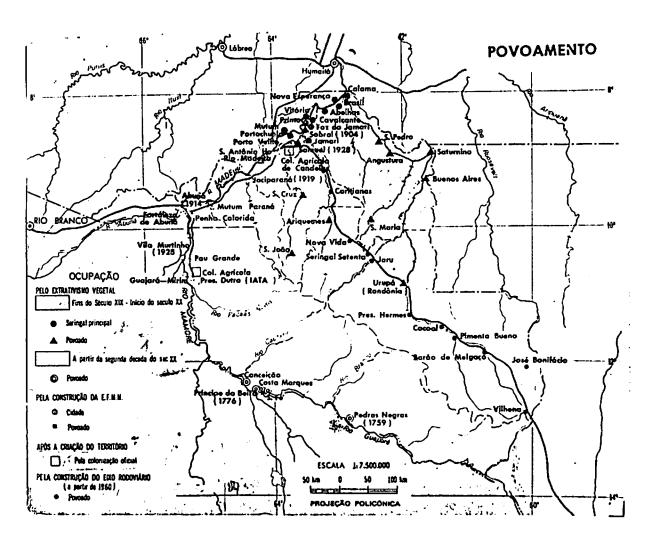
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO II

- (1) Palestra Processo de Ocupação em Rondônia Câmara dos Deputados Brasília D.F. 1982.
- (2) Manoel Francisco da Silva ex- colono do Iata. Reside até hoje no local. Entrevistado em 18/07 / 85 P.A.I. Rondônia.
- (3) Pedro Florentino ex-colono. Entrevistado em 07/ 02/84. Colônia Agrícola do Iata - la. linha.
- (4) Antônio Ferreira de Souza. 1º Telegrafista do Iata. Entrevista - 1985. P.A.I. - Rondônia.
- (5) Ofício nº 93 de 10 de fevereiro de 1945. Núcleo
 Agrícola do Iata D.P.
- (6) Portaria nº 82 Março de 1946 D.P. Porto Velho
- (7) Quadro nº 01 Estatística da Produção no Núcleo A grícola do Iata.
- (9) Relatório apresentado pelo administrador da Colônia Agrícola do Iata - Agosto de 1946

- (9) Quadro nº 02 Recenseamento da população e animal da Colônia Agrícola do Iata 1947. Núcleo Agrícola do Iata. D.P.
- (10) Quadro nº 03 Estatística da Produção da Colônia Agrícola do Iata - 1946-47. Núcleo Agrícola. D. P. - Porto Velho, Rondônia.
- (11) Entrevista Já citada na página 49 Terceira F \underline{a} se.
- (12) Estatística da Produção Agrícola do Iata 1943 -1949. Núcleo Agrícola. D.P.
- (13) Op. cit. Estatística da Produção.
- (14) Op. cit. Estatística da Produção.
- (15) Serviço de Geografia e Cartografia do Território do Guaporé. P.5 SECET
- (16) Op. cit. p. 13. S.G.C. do Guaporé.

ANEXO

MAPA DO POVOAMENTO



ANEXO II

7

MAPA DAS LINHAS .DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO IATA

ANEXO III

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DO TERRITÓRIO

CAPITULO I

Das finalidades

Art. 19 - As Colônias Agrícolas do Território têm por finalidade o aproveitamento das terras em que estiverem localizadas, com serviços de lavoura em geral e horti-granjeiros em particular, visando ao aumento da produção de gêneros alimentícios, bem como o povoamento do solo do Território Federal de Rondônia por pessoas que se dediquem à agricultura.

Art. 29 - As Colônias localizadas na faixa de fronteira receberão colonos exclusivamente de nacionalidade brasileira e portuguesa.

Art. 39 - A orientação técnica e administrativa das Colônias caberá à Divisão de Produção, Terras e Colonização, que providenciará a instalação dos colonos nos lotes e fiscalizará o emprego dos auxílios aos concessionários das terras, previs-

tos e ordenados pelo Governo do Território, e orientará os trabalhos de produção e a vida interna da Co lônia.

CAPÍTULO II

Da localização das colônias e instalação dos colonos

Art. 40 - As Colônias localizadas em terras devolutas e férteis, servidas por cursos d'<u>á</u> gua; terão área mínima de 1500 ha, que poderá ser aumentada de acordo com as necessidades de cada Colônia, por ato do Governador do Território.

Art. 59 - Os lotes entregues aos colonos serão de 25 a 30 ha, cada um.

Art. 69 - Ao chegar à Colônia o colono será instalado, provisòriamente, junto à Sede, até que possa transferir-se para o lote onde fixará residência, não podendo exceder de 6 (seis) meses o prazo dessa transferência.

Art. 79 - Quando brasileiro nato, o candidato a colono deverá ser reservista, de prefe - rência casado e não proprietário rural.

Paragrafo Unico - O candidato a co

lono só será aceito se revelar aptidão para as atividades agrícolas e comprometer-se a residir no lote que lhe for destinado.

CAPÍTULO III

Dos auxílios

Art. 89 - Cada colono receberá um lote de terras, para seu domínio útil, lote que será de marcado e de que, posteriormente, se expedirá carta de aforamento, de acordo com a legislação em vigor e sem ônus para o colono.

Art. 99 - A partir do dia de sua chegada à Colônia, o colono receberá um auxílio monetário mensal, durante o período de oito (oito) meses, a critério do Governo do Território e de acordo com as disponibilidades dos créditos destinados à manutenção da Colônia, segundo o planejamento do Governo.

§ 19 - O auxílio monetário poderá ser transformado em cessão de mercadorias, máquinas <u>a</u> grícolas etc., ou ajuda em serviços, de acordo com a conveniência do Governo, da Colônia e do colono ou candidato a colono.

§ 29 - Findo o prazo de oito (8) meses o auxílio só será concedido em casos especiais, a juízo do Governador do Território.

Art. 109 - Além dos auxílios previstos nos artigos anteriores, o colono receberá mais:

- a. Ajuda em material ou serviço,
 conforme convier, para a construção de sua residência no lo
 te;
- b. ferramentas agrícolas indispensáveis aos seus trabalhos de la voura, durante o primeiro ano de sua instalação;
- c. sementes e mudas de hortaliças, cereais, fruteiras, seringuei ras, etc;
- d. aves e outros animais de pequeno porte para o início de criação doméstica;
- e. empréstimo de animais de tração,
 mediante termo de responsabili dade de sua manutenção e trata
 mento;
- f. fungicida e inseticidas, quan-

do se fizerem necessários;

- g. assistência médica, hospitalar e higiênica;
- h. transporte gratuito dos seus produtos para o mercado, durante 2
 (dois) anos;
- i. beneficiamento gratuito dos produtos de sua lavoura em máquinas da Divisão de Produção, Terras e Colonização;
- j. facilidade para aquisição de fer ramentas e máquinas agrícolas pe lo serviço de revenda;
- l. assistência escolar e social.

Art. 119 - Após cinco (5) anos de sua instalação na Colônia e desde que tenha cumprido fi elmente as obrigações estipuladas no presente Regimento, mediánte julgamento e exposição da Divisão de Produção, Terras e Colonização ao Governador do Território e despacho dessa autoridade, o colono receberá a carta de aforamento de seu lote, podendo, então, dispor inclusive do material agrícola em seu poder.

CAPÍTULO IV

Das proibições

Art. 139 - É proibido dentro das

Colônias:

- a. estabelecimento de casa de comércio ou indústria, salvo in
 dústria caseira, sem prévio con
 sentimento da Divisão de Produ
 ção, Terras e Colonização;
- b. venda de bebidas alcoólicas;
- c. os jogos de azar proibidos por lei;
- d. caçar com armadilhas ou pescar com timbó, bombas, etc., já previsto pelas leis do País;
- e. invadir o lote de outro para retirar madeira, palha, ou mesmo caçar, sem o consentimento da Administração da Colônia e conhecimento do ocupante do lote.
 - f. ao colono ser comerciante ou exercer qualquer profissão, que possa prejudicar suas ativida -

des agricolas.

Art. 149 - É vedada a concessão de lotes a quem quer que exerça função pública federal, territorial ou municipal.

CAPITULO V

Da exclusão

Art. 159 - Será excluído do lote o colono que:

- a. deixar de cultivá-lo dentro do prazo de doze (12) meses, sal vo motivo de força maior, devidamente comprovado, a juízo da administração da respectiva co lônia:
- b. desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em de sacordo com o plano prêviamente aprovado;
- c. por sua má conduta tornar-se e

lemento de perturbação da ordem da Colônia;

§ 10 - A exclusão por motivo das alíneas "a" e "b", deste artigo, será feita depois de intimado o colono e de proceder-se à vistoria no lote, de que se lavrará termo.

§ 29 - No caso da alínea "c" será feito inquérito administrativo.

§ 3º - Cabe ao Diretor da Divisão de Produção, Terras e Colonização, de acordo com os documentos comprobatórios, autorizar a exclusão, cabendo, do ato, recurso ao Governo do Território.

§ 49 - Autorizada a exclusão, será o colono notificado administrativamente para, no prazo de dez (10) dias, a partir da notificação, desocupar o lote. Não sendo encontrado, depois de decorrido esse prazo, será feita a notificação por edital publicado no jornal oficial, com o prazo de mais dez (10) dias.

§ 50 - Se decorridos os prazos es tabelecidos no parágrafo anterior, não for o lote deso cupado pelo colono, o Território reocupá-lo-á administrativamente.

Art. 169 - Ao colono excluído ne nhuma indenização caberá pelas benfeitorias acaso exis

tente no lote.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 179 - Ao ser instalado no lo te o colono receberá um título provisório que lhe dará direito ao dominio útil do mesmo.

Art. 189 - No caso de falecimento do Chefe da família ocupante do lote, este passará aos herdeiros ou legatários, nas mesmas condições em que fora possuído.

Parágrafo Único - Qualquer débito que, porventura, haja contraído com o Governo o chefe da família que falecer, deixando viúva e órfãos, será considerado extinto.

Art. 199 - Os colonos deverão ser reunidos em cooperativas de produção, venda e consumo, cumprindo à Administração de cada Colônia, promover os meios para que se efetive a criação e manutenção da organização ou organizações cooperativistas.

Art. 200 - Pode o colono ser finan ciado por instituições oficiais de crédito, para as suas atividades agrícolas, de criação e outras, após o primeiro ano de sua localização no lote, segundo os planos e as exigências dessas instituições e respeitadas as cláusulas do presente Regimento.

§ 19 - Aos administradores de Colônias incumbe encaminhar à instituições de crédito os colonos que desejarem pleitear financiamento e estejam em condições de o obter.

§ 29 - No caso de exclusão de um colono que esteja sendo financiado por instituição oficial de crédito, cumpridas as exigências dos parágrafos do artigo 15 do presente Regimento, poderá ser colocado no lote vago, para prosseguimento dos serviços financiados, e após entendimentos com a Divisão de Produção, Terras e Colonização por intermédio da Administração da Colônia, um preposto da mesma instituição, desde que o mesmo preencha as exigências do presente Regimento.

Art. 229 - Os lotes em que se constatarem a existência de reservas minerais exploráveis ou quedas d'água utilizáveis em benefício coletivo, não serão concedidos.

Art. 23º - Serão reservadas nas Colônias áreas destinadas à instalação da Administração, de residências provisórias dos colonos, de Esco -

las e de Postos Médicos.

Parágrafo Único - Nas colônias não haverá lotes urbanos.

Art. 249 - Antes de ser localizado no lote, o colono deverá ser submetido a exame de saúde, que constate não sofrer de moléstias infecto-contagiosas e ser válido para os serviços agrícolas.

Art. 250 - Cada Colônia será administrada por um funcionário ou como determine a legis lação vigente para Colônias e Núcleos Agrícolas e Postos Agro-Pecuários, em qualquer caso sempre por ato do Governador do Território.

- § Unico Ao Administrador compete:
- a. fiscalizar a execução dos ser viços agrícolas;
- b. a conservação dos próprios públicos;
- c. a distribuição de sementes, mu das, ferramentas e outros auxílios aos colonos;
- d. fiscalizar e registrar a saída dos produtos da Colônia;
- e. providenciar o transporte da produção para o mercado;

- f. providenciar o beneficiamento dos produtos por máquinas da Di visão de Produção, Terras e Co lonização;
- g. comunicar à Divisão de Produção,
 Terras e Colonização qualquer <u>a</u>
 normalidade dentro da Colônia;
- h. enviar mensalmente à Divisão de Produção, Terras e Colonização, o mapa da produção;
- zelar pela fiel observância do presente Regimento.

Art. 26º - Os casos omissos, de competência superior serão resolvidos pelo Governador do Território e os demais pelo Diretor da Divisão de Produção, Terras e Colonização.

7

CAPÍTULO III

APOGEU DA COLÔNIA DO IATA 1950-62

No capítulo anterior, apresentamos as características básicas do assentamento da Colônia A grícola do Iata. Neste capítulo vamos dedicar-nos ao crescimento da produção agrícola e ao crescimento da população registrada na colônia, entre os anos de 1950 a 62. Destacaremos também algumas mudanças ocorridas no

processo administrativo da colônia.

Dividiremos este período em três fases: A primeira; de 1950 a 53; a segunda, de 1954 a 57; a terceira; de 1958 a 62. Para cada uma destas fases será apresentado o quadro estatístico da produção e população.

PRIMEIRA FASE DE CRESCIMENTO 1950 - 1953

Findo o período de assentamento da Colônia Agrícola do Iata, veremos que se inicia um novo período, no qual destacam-se as fases de intensa prosperidade da agricultura implantada naquela colônia.

Porém, nesta primeira fase (1950 a 1953), ainda encontraram-se alguns aspectos relacionados ao processo de organização do assentamento. Aliás, es se processo se estendeu ao longo de todo período de intensa produção agrícola. Mas nesta primeira fase, a administração ainda centrava todo o seu interesse no as sentamento de colonos, bem como no controle da saída dos produtos agrícolas.

Com esse propósito, o quadro de fun cionários da administração do núcleo, que até 1950,

era formado por apenas 11 pessoas, em 1953, foi amplia do para 19 funcionários. Além do pessoal do serviço bu rocrático, o quadro cumpunha-se de um enfermeiro que, atendia no posto local e, em casos de emergência, se deslocava até às residências dos colonos; de 4 professores que ajudavam também no serviço de estatística da produção; dois motoristas e um mecânico encarregado da conservação de máquinas e motores.

partamento da Produção - após ter ciência do Índice fa vorável da comercialização dos produtos agrícolas da produção de 1950 - introduziu as primeiras mudanças nos critérios de distribuição de materiais e ferramen tas agrícolas aos colonos. Verifica-se que, a partir de então, todo material, antes distribuído gratuitamen te, passou a ser vendido a preço acessível e pagamen - tos parcelados, mas essa medida destinava-se apenas, aos colonos que estivessem produzindo para o mercado, ou seja, para aqueles que estivessem assentados a mais de dois anos.

A relação de materiais de venda e os respectivos preços eram: Extintor de saúva, valia cr\$ 1.120 cruzeiros cada um e era vendido ao colono em quatro parcelas de cr\$ 300 cruzeiros mensais; um forno de zinco para torrar farinha valia cr\$ 300 cruzeiros e o pagamento era estipulado em seis parcelas de cr\$ 50

ar o quer prestava a quantidade de rolos que cruzeiros; 120 zeiros cruzeiros; era cruzeiros, pagamento que fosse Œ dе o valor das prestações à venda de sacos cr\$ um rolo de arame ᄄ 12 dividido em três debulhador manual a quantia, era de seis cruzeiros o colono 0 (1). meses. farpado vazios. prazo máximo para prestações era estipulado de precisasse, A mesma medida cujo valor cus tava mi lho ı de cr\$ custava mas se mediante da unida 220 cr\$ efetu qual cru cr\$ 40 se

produção a nível comercial. Esta produção se pertencentes va foi tomada sob a perspectiva esp**e**cial, governo do reativação atender que um pequeno número de consumidores tido destacando-se, território. desempenhavam ao próprio e ampliação Nesta primeira núcleo do das áreas funções de sobretudo, de desenvolver Iata. Essa de cultivo fase, os funcionários primeiro escalão deu-se destinava agrícola, iniciati também como pú-

nova executada da -1 fase prática Ø por de preparação cultivo agrícola agrīcola desenvolvida pelos colonos. tratores A maneira como foi ർ Ø solo, na arados do núcleo se diferenciade área pequeno cultivavel, conduzida porte. essa ð

nes ta área ወ para evitar Para que manter S 0 colonos controle **9**0 da sentissem produção direito de usufruir de parte desta produção, o administrador do Iata adotou o sistema de pagamento diário ao lavrador que exercesse o trabalho braçal. A maior parte do número de diaristas, que ali trabalhava, era formado por colonos já assentados que, interessados em melhorar suas finanças, dispensavam um ou dois dias por semana para dedicar-se ao trabalho no campo (núcleo); a outra pequena parte era formada por colonos recém-chega dos que ainda não estavam instalados nos seus lotes.

E necessário ressaltar que a pretensão do D.P. ao tentar modernizar as técnicas de cultivo agrícola nas pequenas áreas do núcleo não significou desprezo do governo para com os colonos. Segundo testemunho de ex-colonos, houve uma época - primeiros anos da década de 1950 - em que o governo do Territó - rio pretendia modernizar o cultivo agrícola de toda colonia. Mas tal pretensão não chegou de fato a se con - cretizar, nem mesmo as tentativas implantadas no núcleo apresentam resultados lucrativos.(2)

Independente da idéia de modernizar a agricultura da região, o governo continuou empenhado em apoiar o crescimento da colônia. Todos os anos no vos colonos eram assentados, conforme os critérios es tabelecidos desde o início da colonização: ajuda ali mentícia, ferramentas agrícolas, sementes e um salário

mensal por um prazo de seis meses. Sendo que, a partir de 1950, a ajuda salarial não tinha valores pré-estabelecidos, era conforme o número de componentes da família do colono.

rora da época de colheita, a administração do núcleo coordenava uma outra atividade econômica com fins lucrativos para o Território. Trata- se da extração de lenho e de madeira de "lei". Aqui, a forma de pagamento ao colono era também a de diária.

Se para o Território essa ativida de se tornava uma fonte lucrativa, para o colono, que trabalhava como diarista, ela significava também um a créscimo na sua renda familiar. Isto se comprova através de um confronto entre os valores das diárias con cernentes aos anos de 1951-53 e os preços dos principais alimentos consumidos na colônia.

Em 1951, um dia de serviço braçal valia cr\$ 26,00; um quilo de feijão, cr\$ 3,60; um quilo de farinha, cr\$ 1,50; um quilo de arroz, cr\$ 120. Em 1952, a diária aumentou para cr\$ cr\$ 34,00 e em 1953, para cr\$ 40,00. Os preços básicos aumentavam em proporção bem menor que a da diária, o quilo de feijão passou para cr\$ 5.83, o de arroz, cr\$ 2.50 e o de farinha, cr\$ 2,80 (3). Restava ao colono uma renda líquida de cr\$ 28,87.

Vale frisar que a atividade de eх à tração de lenha e de madeira ficava restrita somente administração do núcleo. Entende-se que essa medida ministrativa tinha por finalidade evitar que o abandonasse o cultivo agrícola e se dedicasse vamente ao comércio extrativista de madeira. Pois, verdade, como nos mostra o Mapa Estatístico do D.P., era uma atividade bastante lucrativa: De 1951 a 1953 foram extraídos dois mil duzentos e trinta e sete metros сũ (2.237m³). Para o pagamento desse ser bicos de madeira viço foram gastos quinze milhões, setecentos e ta mil cruzeiros (cr\$ 15.760,00). Rendeu líquido ao Ter ritório a importância de vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e nove mil cruzeiros (29.269,00). (4)

Entende-se também, que a medida res tritiva da administração sobre a extração da madeira, se fazia apenas em relação aos lucros, haja vista que, as madeiras de "lei" encontradas nas áreas dos lotes de colonos eram também extraídas e vendidas à administração do núcleo por um preço referente, apenas, ao dia de trabalho do colono. Dessa forma, mediante a persectiva de lucros, não havia lugar para preocupações administrativas com relação a preservação da floresta.

Nesse sentido, o próprio processo im plantado no cultivo agrícola daquela região contribuiu

para a devastação da floresta existente na área da colo nia. Esse processo foi tão marcante que no final da de cada de 60 grande parte daquela área tornou-se campo de criação de gado.

Imbuída em manter os critérios de uma colonização oficial, a administração cuidava em dar soluções aos casos mais urgentes que iam surgindo de ano para ano, em decorrência do crescimento da colonia.

Desse modo, ao findar o ano de 1953, os quadros estatísticos da produção e população registram números consideráveis de crescimento.

Porém, antes de fazer a análise des ses quadros, é necessária uma breve avaliação no quadro da organização administrativa da colônia.

Do início da colonização até 1953, a administração contou com uma série de realizações articuladas ao crescimento sócio-econômico da colônia.

No aspecto social, destacam-se: a educação, a saúde, a religião, a comunicação e a segu-rança.

No setor educacional, a colônia es tava servida por quatro escolas rurais, todas localizadas na primeira linha. A primeira escola, estava situ

ada nas proximidades do núcleo e atendia uma média diária de 74 alunos; a segunda, situada no km 4 com uma média diária de 45 alunos; a terceira, situada no km 10, com uma média diária de 30 alunos. Perfazendo um total, portanto, de 205 alunos. Sendo que, grande parte desse contingente estudantil se deslocava da estrada de ferro, da segunda e terceira linhas, percorrendo uma distância variável de dois a seis quilômetros pelas travessias que ligavam uma linha à outra.

No setor da saúde, o atendimento era, de certa forma, precário tendo-se em vista que, as visitas médicas no posto eram feitas apenas uma vez por ano. O período de permanência do médico durante es tas visitas era de uma semana apenas. Durante o ano todo, o atendimento de saúde dos colonos era mantido pe lo enfermeiro do posto. O maior problema de saúde o surto de malária, que podia ser combatido lá na colônia. Os casos de doenças graves causavam um rio problema administrativo, "pois muitas vezes o ente tinha de seguir de 'cegonha' - nome dado a um queno vagão feito de madeira, com rodas de ferro apropriadas para correr nos trilhos da ferrovia e era movido à força manual - até Guajará-Mirim, exposto às in terperias do tempo". (5)

No aspecto religioso: a religião pre

onde cas: ن ھُ petencostais. tiam dominante Capela de contava também núcleos organizados era celebrada a Igreja Matriz, na São Com colônia era a construção Francisco, no primeira missa dominical. situada a católica. de duas Igrejas católi km 10 da primeira linha, no centro do Núcleo de presbiterianos Em 1953 b colônia Exis-0 Ø

cia pondências culada em dez desta agência Postal Telegráfica, que dos mil cruzeiros (cr\$ 10.00)". era reconhecida colonos. A eficácia 0 núcleo mui to ب. الم contava "pela renda mensal facilitava as corres g d COM 6) atendimento uma Agê<u>n</u>

eram mantidas de manter do com administração a paz por O a tranquilidade uma A ordem e a segurança sub-Delegacia que, റ്റ núcleo, nos desempenhava lares em comum acor ე მ dos 0 núcleo colopape1

reparós ção sentamento para Ø armazenamento abertura de novos dе colonos ö ramais aspecto de produtos Ø Ø construção econômico estradas, destacam-se de transporte, 털 barra-••

Para بر بو admir.istração contava manter COM essas <u>ა</u> g estradas núcleo km de estrada de Ao findar realizava constantemente o ano rodagens de 1953, periodicamente transitáveis, abertas Ø colônia 80

reparos necessários.

Nesta época a estrada da primeira linha tinha 18 km de extensão transitáveis por carro. A segunda e a terceira linha forma beneficiadas com oito km de estrada de rodagem para cada uma. Para facilitar o escoamento dos produtos das linhas ainda não servidas por estradas, foram abertos ramais nas travessias entre a primeira, segunda e terceira linha.

O núcleo possuia dois caminhões que faziam o serviço de transportes de produtos dos colonos para o ponto de parada da ferrovia. Para atender a todos os colonos, os caminhões entravam todos os dias nas linhas. Para evitar que as sacarias ficas sem expostas ao tempo, a administração do núcleo cuidou em construir um barração para armazenagem se manal de todos os produtos. O barração situava-se próximo à parada do trem.

O crescimento da produção agrícola registrado na colônia do Iata nesta primeira fase atingiu as seguintes cifras:

QUADRO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COLÔNIA

DO IATA NOS ANOS DE 1950-1953 (7)

								1 9	5 3
		1950		1951		1952			J J
Produto	Quantidade	P.V.	G.M.	P.V	G.M.	P.V.	G.M.	P.V.	G.M.
Farinha	Kg	48.000	50.000	27.000	17.000	56.560	41.130	101.240	115.566
Feijão	kg	11.120	25.720	5,800	11.000	14.155	16.244	11.760	8.700
Arroz	kg	1.000	919	3.000	2.820	2.320	2.220	26.340	90.500
Milho	kg	125.381	80.000	62.000	50.000	232.830	133.790	247.460	285,280
Macach.	kg	1.192	4.063		18.000	250	32.405	750	37.000
Tomate	kg	-	18	<u>.</u>	29		80	21	17
Banana	cacho	1.412	1.453	600	947	2.342	2,500	1.371	4.478
Melancia	un		_	49	123	71	497	68	380
Rapadura	บก	:- 50	200	-	100		3,250	_	-
Aves	un	22	50	-	112	331	517	295	355
Ovos	dúzia	-	-	26	39_	_	135	77	122
Porco	cabeca	8	5		11		-		-
Batata doce	kg	200	318	180	400	112	90		-
Abobora	un	700	447	87	209	618	820_	838	1,836
	un		_	<u>.</u>	· · · · <u>-</u> ·				
Abacaxi Laranha	cent					_	-	610	80
Limão	cent			_	<u> </u>	-		_	
DIMAG	Cent		,						

PV = Porto Velho GM = Guajará-Mirim O valor total da venda anual destes produtos atingiu as seguintes cifras.

Para o ano de 1950 a produção rendeu (cr\$ 795,00) setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros; em 1951, (cr\$ 935,00) novecentos e trinta e cinco mil cruzeiros; em 1952, (cr\$ 1.156.250,00) um milhão cento e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros; em 1953, (cr\$ 4.947.333,00) quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, trezentos e trinta e três cruzeiros.

Em 1953, a colônia do Iata já contava com um total de 420 colonos assentados em seus respectivos lotes. O quadro geral da população da colônia compunha-se de 2019 habitantes. (8)

SEGUNDA FASE DE CRESCIMENTO

1954 - 1957

Nesta segunda fase de crescimento serão destacadas as principais tentativas de mudanças na administração no sentido de melhorar o crescimento da colonia e aumentar o controle sobre a saída dos produtos a grícolas. Será mostrado também o crescimento da produção e da população.

Acreditamos que as mudanças registra das na colônia nesta segunda fase de crescimento surgiram justamente em virtude deste crescimento.

A cada ano entrava na colônia uma média de 50 a 60 famílias de novos colonos. À medida que aumentava a população, aumentava, naturalmente, a produção da colônia.

No decorrer desta segunda fase a colonia passou a contar com 50 km de estradas de rodagens abertas, incluindo-se aí a abertura de mais duas linhas a 4a. e a 5a. Cada linha recebia uma denominação correspondente à personagens de importância política para o Território. A primeira linha era denominada, "Presidente Dutra"; a segunda, "Presidente Vargas"; a terceira, "Coronel Rondon"; a quarta, "Dr. Renato" e a quinta, "Coronel Aluísio Ferreira".

Os maiores problemas enfrentados pela administração consistiam em manter a conservação das estratas e em conseguir condução para transportar os produtos dos colonos até os pontos de embarque do trem, de onde eram escoados para Porto Velho e Guajará-Mirim.

Dado o prolongamento das estradas e o aumento na produção, o número de caminhões da adminis - tração tornou-se por demais deficiente; para fazer a feira de toda colônia, só era possível transportar os

produtos de apenas duas estradas por semana. Ainda as sim, esse transporte não era atendido satisfatoria - mente; as mais das vezes ficavam cargas nas margens das estradas.

Por mais empenho que a administra - ção do núcleo tivesse em atender e solucionar todas as diferentes situações e reivindicações apresenta das pelos colonos, surgiam sempre alguns impasses entre colonos e administração.

O primeiro grande impasse data de 1954, na safra de meio do ano, quando um número de <u>a</u> proximadamente 80 colonos - situados nas proximidades da estrada de ferro, no final das linhas la., 2a. e 3a., em locais ainda não servidos por estradas de rodagem - insatisfeitos com a falta de condução apro - priada para transportar seus produtos até o núcleo, optaram por duas das paradas do trem mais próximas de seus lotes. Essas paradas passaram a ser chamadas de pontos "clandestinos" da saída de produtos agrícolas.

Nesta situação os colonos transportavam os produtos às costas de animais ou em carroças improvisadas.

Não se sabe até que ponto esses colonos estavam alheios às complicações que poderiam cau sar ao D.P. Mas a singularidade deles demonstra que, embora bastante limitada, havia uma consciência crítica e contrária às deficiências da organização oficial da colonização. A maneira que esses colonos tinham para revelar esse sentimento era a de transportar seus produtos diretamente dos pontos clandestinos, até Porto Velho, sem passar pelo controle sistemático da administração.

Como forma de evitar esses tipos de "abusos" contra a administração, o Departamento da Produção criou no "laje" e no "Pau Grande" - locais de parada do trem escolhidos pelos colonos - um sub - posto da administração do Núcleo. Desse modo, o controle da saída de produtos permanecia sob a jurisdição do Núcleo.

O segundo impasse surgiu em 1956 em virtude da tentativa do administrador, de então, transferir a feira-livre de Guajará-Mirim para o núcleo do Iata. Com esse objetivo, a administração expediu uma circular a todos os colonos avisando-os sobre a mudança.

ra, ex-colono, a noticia da mudança da feira desagra - dou de tal modo os colonos que, "uma grande maioria de les se reuniu e enviou um abaixo-assinado ao Departamento de Produção em Porto Velho pedindo a remoção imediata do administrador do núcleo". (9)

Mediante esta situação, o administra dor tentando justificar sua atitude, enviou ao D.P. um relatório onde citava as razões que o levaram a tomar tal atitude.

"A feira de Guajará-Mirim é ela por certo aspecto contrário aos interesses deste posto. O colono sem cultura e sem visão, não se percebe do pre juízo de três dias de serviço por semana, e, por consequinte doze dias por mês. Para a feira vão aproximadamente 150 colonos semanalmente. Fazendo-se os cálculos, verificamos o prejuízo de 600 dias de serviço aproximadamente no trabalho agrícola desta colônia.

E com a feira feita aqui na sede da propria colônia, se resolveria este grande incoveniente que constitui enorme perca na produção deste Iata e consequentemente do Território. (10)

A preocupação do administrador era , de fato, condizente com os critérios de organização o ficial implantados desde a criação da colônia. Critérios esses que tinham por prioridade exercer total controle sobre a entrada e saída de produtos na colônia. Com a permanência da feira em Guajará-Mirim, os colonos efetuavam a troca de produtos agrícolas por "mercadorias" comestíveis e ferramentas agrícolas com os comerciantes da cidade. Este procedimento ia, de fato, de encontro aos interesses da administração, que

mantinha sempre estoques de xarques, de enlatados e de ferramentas para serem revendidos aos colonos.

Em Guajará-Mirim, os produtos dos colonos eram vendidos, em grande parte, aos comerciantes locais, o restante era vendido aos seringalistas e aos bolivianos que tinham comércio na fronteira da Bolívia com Guajará-Mirim.

É interessante ressaltarmos que até 1954, o Governo do Território, além de comprar toda produção de cereais da colônia, fixava os preços de todos os produtos alí existentes. Porém, a partir desta data, por recomendação do próprio governador, foi dado permissão, a todo indivíduo interessado, para efetuar compras de cereais, principalmente, feijão, farinha e outros produtos que não fossem de interesse do governo.

Entretanto, no próprio documento que permitia a liberação da venda de produtos a segundos, destacavam-se as seguintes recomendações: "Todavia, é necessário fiscalizar a exploração por parte dos marreteiros, evitando negócios de comércio e que todo produto seja vendido a dinheiro e devendo passar toda carga pela administração desse núcleo". (11) O documento exigia ainda, que todos os marreteiros fossem ca dastrados na administração do núcleo. Essa última exi

gência seria, sem dúvida, uma forma de evitar que algum colono se tornasse um atravessador no comércio dos produtos agrícolas.

O marreteiro era o comerciante que comprava os produtos na colônia e os revendia em Porto Velho e Guajará-Mirim por preços acima dos fixados pelo governo.

Ocorre que a partir da liberação do governo, o marreteiro tornou-se uma figura muito importante para os colonos. Com a entrada dos marreteiros, os colonos não precisavam mais se preocupar com a deficiên cia de transportes da administração, visto que, esta parte ficava sob a responsabilidade e interesse do marreteiro.

Os colonos ficavam satisfeitos também, quanto aos preços oferecidos pelos marreteiros. A oferta de preços era feita de acordo com a procura dos produtos nos mercados de Porto Velho e Guajará-Mirim. É claro que o marreteiro visava para si uma boa margem de lucro.

O terceiro impasse surgiu em 1957 em decorrência da intensificação da presença de marretei - ros. Neste ano tornou-se muito difícil para administração manter o controle sobre a saída de produtos da colonia. Desta vez, o impasse foi entre a administração e os marreteiros, mas estes últimos tinham os colonos a

seu favor.

Além de perder o controle sobre a saída dos produtos, era quase impossível para a administração conseguir comprar alguns produtos dos colonos por preços estabelecidos pelo governo, menores que os oferecidos pelos marreteiros. Várias correspondências da época registram essas ocorrências. (vide a nexo telegramas no final do capítulo).

Foram várias as tentativas do gover no no sentido de tomar medidas contra a penetração constante dos marreteiros, mas nenhuma chegou de fato a surtir efeito, pois os próprios colonos procuravam dar cobertura aos "atravessadores".

Dentre as várias medidas indicadas pelo governo, para coibir a penetração dos marreteiros, registram-se ordens de apreensão dos produtos em poder desses comerciantes. (vide anexo telegrama no final do capítulo).

Ao sentir que estava perdendo o controle sobre a organização da colônia, o governotra tou de ampliar a produção agrícola através de novos incentivos. Autorizou a construção de um galpão de alvenaria com cobertura de zinco para instalação de uma beneficiadora de arroz. A partir daí, toda a produção de arroz da colônia passou a ser beneficiada mo

núcleo.

Nesta fase os colonos receberam incentivos do governo também para o cultivo do café. Es ses incentivos eram oferecidos através da doação de mudas de café e da orientação técnica feita por dois agrônomos enviados pelo Departamento de Produção. Nes ta época foram distribuídos mais de 30 mil mudas de pés de café.

Ao findar esta segunda fase o qua - dro populacional da colônia se compunha de "2.823 habitantes num total de 700 colonos assentados". (12)

Quanto a produção da colônia, mesta segunda fase, as estatísticas mostram um quadro de crescimento da agricultura, maior que o da fase anterior. (vide II Quadro Demonstrativo da Produção Agrícola).

ANO E DESTINO DA PRODUÇÃO

		1954 1			1 9 5 5		9 5 6 1		9 5 7	
Produto	Quantidade	P.V.	-₹ G.M.	P.V.	G.M.	P.V.	G.M.	P.V.	G.M.	
Farinha	kg	14.840	153.320	158.420	153.540	428.600	286.320	815.940	583.500	
Feijão	kg	126.431	36.450	108.240	30.900	290.940	113.840	131.340	46.500	
Arroz	kg	61.000	94.900	34.380	184.740	31.200	1.278.920	665.140	225.120	
Milho	kg	355.180	254.080	666.180	1.477.260	1.362.320	417.840	943.740	538.860	
Macacheira	kg	24.600	84.100	14.840	45.656	46.712	132.400	14.100	482.160	
Tomate	kg	50	72	10	16	-	_			
Batata doce	kg	118	57	1.925	2.110	55	251		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Melancia	un	92	460	-	309	_	-	-		
Rapadura	un	3.666	9.250	1,000	2.700	595	6.900	655	11.935	
Aves	un	914	691	637	516	1.092	2.680	1.480	3.381	
Abobora	un	900	1.100	280	2.483	1.743	4,296	400	2.300	
Abacaxi	un	-	-	87	345	_	-	-		
0vos	dúzia	181	542	804	4.860	1.745	3.722	320	913	
Laranja	cent.	400	308	•	3.180	_	•••	-		
Limão	cent.	-	-	1.318	2.586	-	-	_	_	
Porco	cabeça	_	-	_	-	-	-	-	_	
Banana	cachos	_	_	1.346	3.979	1.183	9,309	970	21.790	

^{*} Quadro II - Demonstrativo da Produção Agrícola da Colônia do Iata nos anos de 1954-1957 (13)

Para se ter idéia do valor da produção nesta segunda fase destacaremos os preços em quilos dos principais produtos, nos respectivos anos desta fase.

Milho	kg	1.60	Um cruzeiro e sessenta centavos
Feijão	Kg	10.00	Dez cruzeiros
Farinha	kg	3.60	três cruzeiros e sessenta cent <u>a</u>
			vos
Arroz	Kg '	1.00	Um cruzeiro

Milho	Kg	2.00	Dois cruzeiros
Feijão	Kg	10.00	Dez cruzeiros
Farinha	Kg	4.00	Quatro cruzeiros
Arroz,	Kg	3.60	Três cruzeiros e sessenta cent <u>a</u>
			vos

Milho	Kg	3.00	Três cruzeiros
Feijão	Kg	16.00	Dezesseis cruzeiros
Farinha	Kg	4.00	Quatro cruzeiros
Arroz	Kg	8.00	Oito cruzeiros

1957

Milho	Kg	5.00	Cinco cruzeiros
Feijão	Kg	16.00	Dezesseis cruzeiros
Farinha	Kg	5.00	Cinco cruzeiros
Arroz	Kg	16.00	Dezesseis cruzeiros

Renda Anual da Produção

1954

6.230,00 - Seis milhões duzentos e trinta mil cruzeiros;

1955

8.600,00 - Oito milhões e seiscentos mil cruzeiros;

1956

17.144,00 - Dezessete milhões, cento e quarenta e quatro mil cruzeiros;

1957

17.883,00 - Dezessete milhões, oitocentos e oitenta e três mil cruzeiros.

Obs.: Nesta segunda fase deu-se a mudança do nome do Território do Guaporé, para Território Federal de Rondônia. Esta mudança foi em homenagem ao Marechal Cândido Rondon que desempenhou impor - tante papel na formação histórica dessa região. Destaca-se com relevante apreço a instalação da rede telegráfica no início deste século. Essa rede se estende desde Mato Grosso até o interi- or de Rondônia. Acrescente-se ainda sua especial participação na integração do indio à so ciedade brasileira.

Todavia, essa mudança de nome, não alterou o procedimento que vinha sendo dado à organização oficial daquela colonização.

TERCEIRA FASE DE CRESCIMENTO 1958 - 1962

Nesta terceira fase de crescimento, destacam-se alguns fatores que muito contribuiram para o engrandecimento do processo de organização administrativo da colônia.

No aspecto social, o núcleo contou com a instalação do cartório e Juiz de Paz. As reali-

zações prioritárias desse cartório eram as celebrações de casamento civil e os registros de nascimentos dos filhos de colonos.

Nesta fase contamos ainda com o au mento do número de escolas rurais. Em 1962 a colônia já possuía 23 escolas distribuídas ao longo de todas as linhas.

No setor de transporte, o núcleo es tava servido por 2 caminhões, 2 caçambas e 2 jeeps, que davam assistência permanente aos colonos. Além desses transportes da administração, existiam os de proprietários particulares, que frequentemente transitavam nas linhas fazendo fretes para os colonos ou para os marreteiros. Nesta fase, a colônia já possuía uma extensão de 100 km de estradas de rodagem. Passou a ser servida também por uma estrada de rodagem ligando Guajará-Mirim à sede do núcleo numa extensão de 33 km.

Em virtude do aumento da produção <u>a</u> gricola da colônia, o tráfego entre Guajará-Mirim e o núcleo pela ferrovia passou a funcionar com dois trens por semana. Apesar da abertura da estrada de rodagem ligando este trecho, os colonos continuaram usando a ferrovia, por ser um transporte menos oneroso e por não apresentar problemas no tráfego. O tráfego da estrada de rodagem ficava praticamente intransitável durante a época de chuvas.

No decorrer desta fase iniciou-se a execução de um projeto para formação de pastos e criação de gado na colônia do Iata. Este projeto visava, em especial, o aproveitamento das áreas de terras cansadas que não apresentavam mais produção agrícola suficiente.

Neste sentido, os colonos, que pre tendiam se tornar criadores, contavam também com os incentivos do governo. A administração do núcleo vendia ao colono as sementes de capim, para formação do pasto, o arame farpado e o gado. A revenda era efetuada com preço acessível e pagamento parcelado de 12 18 meses, sem acréscimo nem correção de valores. Vale a pena ressaltar que, no início, só era permitida a re venda de vacas ou novilhas em fase de "cria". Os tou ros, reprodutores eram de propriedades do núcleo eram cedidos ao colono por um prazo de 15 a 30 dias. No ato da requisição do touro, o colono pagava uma cau tela de 10% do valor do animal e assinava um termo de total responsabilidade sobre o touro. A referência que temos sobre o valor de um touro na época, não é oficial, podendo, portanto, ser passível dec correção. custo real de um reprodutor ficava em torno de 60.000 cruzeiros.

Em 1962 a colônia do Iata possuía 42 colonos cadastrados como criadores de gado. "O total

de criação atingia uma cifra de 118 cabeças de reses".

(13) Apesar de ser um número bastante reduzido em com paração com as extensas áreas que poderiam ser aproveitadas, serviu como incentivo à diversificação e crescimento da produção na colônia.

De 1958 a 62, deu-se o maior número de assentamento de colonos registrados pela administração do núcleo. Este período é tido como o de maior a tração que a colônia exerceu sobre os migrantes nordes tinos que fugiam da seca de 58 no nordeste. Muitos mor destinos que já estavam fixados na colônia e sabendo das dificuldades por que passavam seus familiares no nordeste, iam até aquela região e traziam de lá para a colônia do Iata, parentes e várias famílias conhecidas. Alguns colonos que não podiam se deslocar até o Ceará, recorriam ao administrador do núcleo. Este, através de influência política, solicitava ao diretor do I.N.I.C. do Ceará auxílio financeiro e passagem de navio aos nordestinos que quisessem emigrar para Rondônia.

Registra-se um fato interessante com respeito a vinda dessas famílias nordestinas para a colônia do Iata. Muitas dessas famílias vinham com objetivos de conseguirem recursos e, em pouco tempo, retornarem à sua terra "natal". Por isso, não se preocupavam em requerer lotes para se fixarem à terra,

preferiam trabalhar de agregados aos conterrâneos já fixados. A partir desse procedimento, começou a aparecer na colônia um novo tipo de relação de produção-que até então não existia - o patrão que era o dono do lote e o trabalhador diarista, que era o "arigó" recém-chegado.

Assim, é que no final desta 3a. fa se a colônia já possuía 6.000 habitantes com um to tal de 1.248 colonos dedicados ao cultivo agrícola.

Nesta terceira fase de crescimento da colônia, observam-se algumas oscilações na produção, mas o valor real desta continuou crescendo consideravelmente de ano para ano. Os quadros de referên - cia anual da produção apresentam as seguintes cifras:

Em 1958 a produção rendeu cr\$

17.907.413,00 apresentando um pequeno acréscimo em relação à renda obtida na produção dos dois últimos anos (1956 e 1957).

Em 1959 a produção rendeu cr\$
33.303.254,00. Neste ano, pagava-se por um kg de
feijão a importância de 41.00 cruzeiros; um kg de ar
roz, custava 23.00 cruzeiros e um kg de farinha cr\$
60.00.

A produção de 1960 rendeu cr\$
44.950.440,00. Em 1961 a renda da produção foi de cr\$

48.152.164,00. A renda da produção de 1962 apresentou um nível de preço substancialmente mais elevado que os dos anos anteriores cr\$ 87.416.814,00. Os preços por kg 'dos principais gêneros elevaram-se ao dobro dos preços registrados em 59 e 60.

No final da terceira fase de crescimento da colônia, o governo do território objetivando incentivar o aumento da produção concedeu a abertura de financiamento agrícola - através da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil a todos os colonos do Iata que gozassem de idoneidade junto a administração do núcleo.

O administrador do núcleo fazia um levantamento prévio de todos os bens de colonos que <u>a</u> presentassem interesses em contrair o empréstimo. Fei to esse levantamento, o administrador enviava ao Ban co do Brasil em Guajará-Mirim um relatório acompanha do de uma autorização do próprio administrador.

Em virtude da data em que se deu a abertura do crédito, maio de 1962, muitos colonos <u>a</u> proveitaram essa situação para aumentar suas áreas de cultivo para a safra de 63. Quanto aos resultados obtidos foram variáveis. Para alguns colonos os finam ciamentos agrícolas significaram prosperidade, para outros, os financiamentos representaram total fracasso econômico.

QUADRO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COLÔNIA DO IATA (1958 - 1962) (14)

1958			1959		1960		1961		1962		
Produto	Quantidade	P.V.	G.M.	P.V.	G.M.	P.V.	G.M.	P.V	G.M.	P.V.	G.M.
Farinha	kg	1.576,680	349.920	965.640	530.820	1.206.240	784.380	1.052.640	417.500	438.780	335.580
Milho	kg	1.074.480	159.840	865.020	293.940	775.620	245.400	295.080	121.320	381.660	148.440
Feijão	kg	60.220	26.260	81.480	34.560	165.960	627.000	20.340	157.800	54.240	115.080
Arroz	kg	51.300	202.380	759.960	419.880	216.900	438.180	49.740	166.980	149.280	283.380
Macach.	kg	40.000	198.480	7,260	304.140	21.000	100.320	2.000	28.380	800	5,905
Rapad.	un	1.530	7.138	9.474	18.079	5.126	13.023	3.170	3.920	1.300	1,000
Melancia	un	56	840	-	_	855	4.803	2.000	3.600	-	_
Aves	un	1.025	786	2,372	2.105	2.485	2.062	731	1.184	507	1,595
Mamão	un	_	663	350	5.517	_	_	225	700	630	920
Porco	un	60	48	-	-	93	118_		_	95	317
Abobora	un	500	760	580	1.000	809	3.885		912	1.200	1.600
Laranja	cent.	52	238	- ·	-	20	93	_	1,044	230	500
Limão	cent.		_	72	150	10	187	2,430	7.034		
Banana	cacho	966	9.775	2.612	16.479	1.273	10.741	-		9.390	3.080
	dűzia	512	542	291	1.545	302	1.112	525	1.078	438	3.432
Ovos	cent.	-	-	81	110	80	60	2.100	2.778	208	952
Abacate											<u></u>

Estes treze anos até aqui considerados constituem pois, a época de maior prosperidade do
funcionamento da colônia como temos podido observar.
Houve um aumento notável da produção, um número de colonos assentados e da arrecadação e também embora em
menor grau da produtividade.

A produção, com efeito, multiplicouse nesses anos por dois, com respeito a milho, quase
por cinco a produção de feijão, por quase oito a da fa
rinha e por mais de 200 vezes a de arroz.

	1950		1962	
Milho	208.381	kg	530.100	kg
Fei jão	36.840	kg	169.320	Kg
Farinha	98.278	kg	774.220	kg
Arroz	1.919	kg	432.660	kg

O número de colonos assentados pas sou de 312 para 1.248 e a população aumentou de 700 para 6.000 habitantes.

Como o aumento da produção foi sen sivelmente maior que o aumento do número de trabalhado res, podemos constatar um aumento "per-capta" na pro-

٠

dutividade do colono. Embora seja difícil especificar os percentuais desse aumento por tratar-se de produtos heterogêneos. Deveríamos, além disso acrescentar outros ramos da produção como o gado, a extração de lenha e madeira, a produção do carvão mineral - exercida por poucos colonos.

Mais espetaculares, ainda, são os aumentos constantes da comercialização dos produtos. Em 1950, a produção global da colônia rendeu cr\$795.000,00. Em 1962, totalizou cr\$87.416.814,00, multiplicando, portanto, por mais de (100) o valor global da produção.

aumento da produção antes considerado, mas em parte ainda maior, se deve a elevação dos preços dos produtos agrícolas. Os quatro produtos fundamentais da produção desenhados nas estatísticas: o milho, o feijão, o arroz e a farinha viram elevar-se os preços gradualmente de ano pra ano ao longo deste período. O feijão passou de cr\$ 3.60 em 1951 para cr\$ 80.00 em 1962, a farinha de cr\$ 1.50 a cr\$ 60.00 e o arroz de cr\$ 1.20 a cr\$ 46.00.

Como explicar este aumento galopan te dos preços. Além da inflação ocorrida no período que era ainda moderada, a causa principal deverá en contrar-se no aumento da procura interna: Em primeiro lugar pelo crescimento da imigração para o Território e talvez ainda com maior força na exportação para o mercado boliviano. Os testemunhos concordantes dos colonos entrevistados atribuem o encarecimento dos produtos agrícolas à exportação crescente para o mercado boliviano. Pouco a pouco os gêneros exportados do Guaporé atingiam o interior da Bolívia, consumidos primeiro na fronteira e depois nas cidades mais distantes como: Madalena, Riberalta, Ururo, São Joaquim e Trinydad.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO III

- (1) Mapa do Material de Revenda aos Colonos Núcleo Agrícola do Iata 1953.
- (2) Milton Sabôia ex-colono do Iata. Entrevista em 12/07/83. Guajarã-Mirim - Rondônia.
- (3) Mapa de resumo do ponto do pessoal extra na prestação de serviço braçal ao Núcleo do Iata - 1953
- (4) Mapa estatístico do Departamento de Produção do Território do Guaporé - Porto Velho - 1953.
- (5) Relatório Anual de Saúde Núcleo Agrícola do Iata - 1953.
- (6) Estatística Mensal da Agência Postal Telegráfica do Núcleo do Iata - 1953.
- (7) Quadro I Estatística da Produção Agrícola da Colônia do Iata 1950-1953.
- (8) Mapa do Recenseamento Populacional da Colônia A

gricola do Iata 1950-53.

- (9) Joaquim Moreira da Silva ex-colono do Iata. $E\underline{n}$ trevista em 05/03/84. Guajará-Mirim. Rondônia.
- (10) Relatório Anual do Núcleo Agrícola do Iata 1956
- (11) Oficio nº 389 do D.P. Porto Velho 1954.
- (12) Mapa do Recenseamento Populacional da Colônia 1954-57.
- (13) Estatística da Produção Anual da Colônia do Iata. Núcleo Agrícola do Iata - 1957.
- (14) Quadro II Produção Agricola do Iata 1958-62.

ANEXOS

Oficial Diretor Divisão Produção Parto-Yelho



Nº 1-PAPI-57 4 sacos milho colono Jegquim Mercira seguiu na remessa de 152 sacos pt Não conseguimos restante milho metivo colonos recusarem-se vender pt RAIMUNDO MELO Chefe Posta

> BATHUNDO MELO MARTINS Chese de Peste

No Age 1sts 14 hs 9/1/57 - 33 pe

SIND E Sub Delegade Abuna

Fineza apreender de ordem Senhor Governador 20 sacos milho poder marreteiro JOSE LEITE segue trem hoje pt RAIMUNDO MELO Chefe Posto

CR. Sells

CHITE SERVIÇO ABASTECIMENTOS

PALACIO GOVARNO

PORTO VELEO

Gr.

UNICO GENERO QUE CONSEGUINOS ATEN ACORA ET TROXIMO SEGUIRÃO 70 SACOS
MILHO PT ARROZ DIFICIL AQUISIÇÃO VIRTUDE TODA PRODUÇÃO TER SIDO VERDIDA PT
COMUNICO MAIS SON RECEBI SESSENTA ET NOVE SACOS VAZIOS AGUIA DIZ
TER VINDO CENTO CINQUENTA PT SDS CAP. ESRON PENHA MENEZES
ADMINISTRADOR

7

Oficial Diretor Divisão Produção Porto-Velho-Rondônia

Na 151 PAPI-17-12-56 Deixei de remeter o vagen com milho vg por metivo des colones et mareteires não querer vender ao preço de cente et trinta cruzeires pt saudações Raimundo Melo Martins Chefe do Posto pt

Remetents

LETHE Diagram

Refimundo Melo Martins

Chefe de Posto

CAPÍTULO IV

DA DECADÊNCIA DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO JATA À EXTINÇÃO DA FERROVIA 1963-1972

No início da década de 60, aparen temente nada poderia fazer suspeitar o rápido fim da colônia do Iata como produtora agrícola. Nos dois primeiros anos desta década, ainda continuava o aumento da produção e o assentamento de novos colonos, mas a

partir desse momento verifica-se uma transformação, a princípio não perceptível, na área da produção, que ha veria de levar a uma rápida decadência da colônia como estação agrícola. Depois, num espaço de tempo não não muito breve, a partir de 1969, a produção agrícola entrou em total decadência.

Dividimos, pois, os dez (10) anos desse período que analisamos em duas etapas: a primeira, de 1963 a 1968, em que começam a acumular-se as dificuldades para manter o bom funcionamento da colônia, sem que contudo, isto se traduza imediatamente em um decréscimo da produção agrícola.

A segunda etapa, de 1969 a 1972, em que a produção agrícola descamba até quase desaparecer. Nesta etapa verifica-se ainda a desativação e extinção da ferrovia.

la. etapa - 1963-1968

As causas que podem ter levado à inviabilidade da colônia são várias e de difícil inter pretação. Em nossa opinião, a causa principal deve ser colocada na perda de interesse do governo do Território pela colônia.

Nossa opinião consiste na hipóte-

se de que, nessa época, a colônia já não se apresenta va como necessária à consecução dos fins para que fora criada: promover o povoamento do Território e abastecer com gêneros alimentícios os principais centros comerciais do Território - Porto Velho e Guaja rá-Mirim. A esta altura, a imigração para o Território já era suficiente por si mesma e além do mais, a capital já contava com outros núcleos agrícolas mais próximos, que a abasteciam suficientemente. Por isso, a partir de 1963, a produção da colônia do Iata deixou de ir para a capital e passou exclusivamente a abastecer o comércio de Guajará-Mirim, os seringais e a Bolívia.

A perca de interesse do governo se traduzia pela falta de novos incentivos ao incremento agrícola que viessem a dar continuidade ao crescimento sócio-econômico da colônia.

Não se trata, pois, somente de uma mera ausência de interesse, mas sim de uma inicia tiva governamental de desarticular um compreendimen to criado pelo próprio governo e com elevados custos, em benefício da livre iniciativa.

A essa época já era crescente o surgimento de novas fontes alternativas que viriam consolidar o crescimento econômico do Território.

Na ărea de produção mineral, o território de Rondônia destacou-se por toda a década de 60 como o maior produtor de cassiterita no Brasil.

Começa ainda nessa década a exploração da pesca do Alto Guaporé, comercializada em Porto Velho e exportada, em grande quantidade, para o Estado Acre.

Na produção animal, o comércio de couro e peles apresentou-se também como fonte de riqueza.

A produção vegetal tomou um novo impulso no comércio de exportação da região. A borracha, castanha-do-pará, madeiras, óleos vegetais e poaia (ipecacunha) eram os principais produtos vegetais comercializados.

Os produtos vegetais que mais se destacaram no comércio de exportação foram: a borracha e a castanha-do-pará.

Essas duas últimas atividades se destacaram especialmente no setor da industrialização nascente na região.

Na década de 60 foram instaladas, na cidade de Guajará-Mirim as duas primeiras e maiores indústrias do Território: A Rondombor que beneficia va peles de borracha e a Rondex que beneficiava a

lonos, majoração nos preços dos transportes e proibição da livre pastagem de animais no perimetro do núcleo. Essas exigências vinham sempre acompanha - das de ameaças do tipo: "Os transgressores desta or dem estão sujeitos às punições cabiveis na forma da lei, além de ser apreendida pela administração, a mercadoria em apreço." (1)

Estas medidas administrativas tão rigorosas pareciam não corresponder a realidade vivida na colônia.

Isto aparece claramente nas determinações da administração com respeito ao preço da car ne visto na portaria de 1964:

"O administrador da Colônia Agrícola do Iata, usando das atribuições que lhe são co<u>n</u>
feridas por lei, resolve:

Considerando o grande aumento no preço da "carne verde", estabelecido por alta recreação dos que abatem animais para consumo alimentício desta colônia digo, do povo desta colônia, resolve estabelecer para esse gênero, a seguinte tabela de preços.

- carne verde de gado bovino, kg Cr\$ 250.00
- carne verde de suíno (porco) kg Cr\$ 250.00
- Peixe la. classe (de escama) kg Cr\$ 150.00

- Peixe 2a. classe (de pele) kg Cr\$ 100.00" (2)

(Portaria nº 29, maio de 1964).

Este tabelamento vinha contrariar a prática anterior de liberdade de abatimento de gado. O rebanho bovino da colônia ainda era pequeno. Quan do um colono abatia uma rês era mais para suprir suas necessidades e as de seus vizinhos, que para lucrar comercialmente. Portanto, não havia necessidade de exigência de tabelamento de preços. Mas, por tratar-se de medidas administrativas o colono era obrigado a cumprí-las.

O mesmo acontecia com respeito aos transportes.

A cobrança de pagamento a vista para o transporte dos produtos era uma medida totalmente fora de propósito para os colonos, uma vez que não recebiam pagamento adiantado pela venda de seus produtos.

por outra parte as justificações o ferecidas pela administração sobre a majoração dos preços de transportes evidenciam a ausência dos in centivos oficiais que até então vinham sendo prestados ao crescimento da colônia desde o seu assentamento.

De acordo com a administração, a

alteração dos preços era indispensável para que o nú cleo pudesse continuar prestando o serviço de transporte para benefício da colônia dado o aumento constante nos preços da gasolina, seus derivados, peças e acessórios de veículos. Havia também que levar em conta, que a conservação e manutenção dos veículos do Posto Agro-pecuário do Iata dependiam da arrecadação do serviço de transporte.

Conforme Portaria nº 1 de 1968, baixada pela administração do núcleo do Iata, o aumento dos preços de transportes obedecia a seguinte tabela:

"Da colônia ao núcleo: um saco de gêneros de 60 kg passou de cr\$ 0,25 para cr\$ 0,45; uma carrada completa, passou de cr\$ 25,00 para cr\$ 48,00 (novos);

Da colônia à Guajará-Mirim (feira livre); um saco de gêneros de 60 kg de cr\$ 0,45 para cr\$ 0,80, uma carrada completa passou de cr\$ 38,00 para cr\$ 65,00". (3)

Este aumento do preço dos trans portes aconteceu num momento delicado para a colônia.

Embora a produção de 1968 tivesse aumentado consideravelmente, os preços dos produtos neste ano, tive ram uma queda também considerável em comparação com
os preços de 1966.

A comparação é estabelecida por preço de sacos de 60 kg dos principais gêneros da colônia.

1966

Farinha	cr\$ 18.000
Feijão	cr\$ 30.000
Milho	cr\$ 11.000
Arroz	cr\$ 22.000

1968

r\$	12.00	(novos)
er\$	28.00	Ħ
er\$	6.00	10
er\$	16.00	ti
	er\$	er\$ 12.00 er\$ 28.00 er\$ 6.00 er\$ 16.00

(A divergência nos preços dos produtos é devida à reforma monetária que teve lugar a partir de 1967, multiplicando por mil o valor da moeda).

Para os colonos era inconcebível o aumento dos transportes uma vez que os produtos haviam baixado de preço.

A queda de preços dos produtos agrícolas da colônia deveu-se, principalmente, ao surgimento dos núcleos agrícolas a que nos referimos
anteriormente, e em maior grau às incidências das
medidas governamentais no setor econômico.

Sob demasiada vigilância do gover no do Território o tabelamento de preços atingia des de a produção agrícola até a venda de produtos industrializados, gasolinas, etc.

Nesta etapa, especialmente, a par tir de 66, aconteceram vários casos de punições (com prisões) contra colonos e pequenos comerciantes que transgrediam a lei, vendendo seus produtos por preços acima da tabela estipulada pelo governo.

Destacaremos dois casos que repercutiram entre os colonos e em especial em nosso âmbito familiar. No início de 1968, o sr. Otacilio Pinto de Mesquita, agricultor e comerciante, foi detido e preso por vender 18 litros de gasolina acima do preço tabelado. No meado deste mesmo, o sr. Sebastião Pinto Farias, também agricultor e criador de gados, foi detido e preso em Guajará-Mirim por vender 100 sacos de arroz acima da tabela oficial.

Outro caso de medidas administrativas contra os colonos é sobre a proibição de pasta gens de gado solto no perímetro do núcleo, como demonstra a portaria nº 10/PAPI - 1968:

"O administrador do Posto agro-pecuário do Iata, usando das atribuições que lhe são con
feridas pelo Regimento Interno das Colônias Agricolas
do Território:

Resolve proibir terminantemente a livre pastagem de animais bovinos, suinos, cavalares e muares, no perímetro do Núcleo. Qualquer animal en - contrado solto será preso e o proprietário pagará a multa de (cr\$10.00), dez cruzeiros novos; duplicando as mesmas nas respectivas reincidências." (4)

O que mais aborrecia o colono quando sujeito a este tipo de averiguação era o fato da multa ser cobrada pela subdelegacia, em benefício da mesma. Por isso, uma vez ou outra surgiam desentendimentos entre proprietários de animais e sub-delega - do do núcleo.

tre a administração e os colonos mostram a mudança de relacionamento harmônico entre os colonos e a administração, mostram ainda a deteriorização da imagem de cuidados paternais que o governo tinha procurado de senvolver no início de colonização.

Vimos no capítulo anterior, que no decorrer de 1962 muitos colonos haviam contraído em

préstimos na Carteira Agrícola do Banco do Brasil, para custeio da safra de 63 foram firmados cerca de 400 contratos, em valor global superior a cr\$40.000.000,00.

As perspectivas governamentais, da época, sobre esses empréstimos eram de que através de financiamentos em alta escala e baixar juros, ocorressem aumento e barateamento da produção rural.

Nos dois primeiros anos dessa política financeira, a credibilidade do colono junto ao Banco do Brasil consistia apenas numa licença fornecida pela administração do PAPI, devidamente autorizada pelo administrador.

A nova política financeira do território incluía também créditos para a formação de rebanho bovino. Por isso, a partir de 63 o núcleo do Iata passou a ser denominado de Posto Agro-pecuário do Iata.

Apesar de todo o empenho do gover no territorial e do agente financeiro no sentido de facilitar as condições de melhoramento da produção rural da colônia, através da abertura de crédito rural, existia um problema de ordem administrativa que impedia o desenvolvimento da produção agrícola. Referimonos ao problema da conservação das estradas da co-

lônia. De fato, a situação das estradas passaram a constituir problemas de ordem econômica até mesmo para o agente financeiro do crédito rural. Numa carta emitida ao então governador do Território, o Banco do Brasil deixou claro sua preocupação neste sentido.

"Sentem agora nossos financiados, sr. governador, dificuldade para honrar os compromis - sos, eis que a precariedade das vias de penetração na quela colônia impede o escoamento dos produtos. Há delas absolutamente intransitáveis, e isso foi verificado 'in loco' pelo primeiro gestor desta Agência, quando em viagem de vistoria.

Nosso próprio trabalho de fiscalização vem sendo enormemente prejudicado pelo mau estado das rodovias porquanto muitos lotes não podem ser alcançados e já não se encontra meios de transporte para o fiscal, desde que os proprietários de veiculos de \underline{a} luguel temem sua danificação." (5)

A partir de 1964, depois que o 5º Batalhão de Engenharia e Construção assumiu o con trole das obras rodoviárias do território, a conservação das estradas da colônia passou a ser rigorosa mente mantida. A partir de então, os colonos se reanimaram e com objetivos de aumentar a produção, contrairam novos empréstimos agrícolas junto ao Banco do Brasil, como nos mostra o anexo I (final do capítulo).

O prazo para quitação do empréstimo variava de la 4 anos, de acordo com a escolha do colono. Como garantia do financiamento eram penhoradas as lavouras em formação, as safras colhidas, animais, máquinas e aparelhamentos agrícolas. O lote não era hipotecado visto que o colono, ainda não possuía título definitivo de posse. Enquanto perdurasse a dívida o colono não podia vender seu "patrimônio" sem a prévia anuência do Banco do Brasil.

Para os empréstimos de 1964 a ta xa de juro era de apenas 1% ao ano (vide anexo II - re cibo) - final do capítulo.

Os financiamentos feitos a partir de 65 jã tiveram seus juros bastante elevados com a taxa de 7% ao ano, sujeito a elevação de 1% em caso de atraso do pagamento (vide anexo nota de crédito rural).

De fato, os quatro anos que se seguem os aumentos nos números de contratos ru rais, a produção agrícola apresentou um elevado crescimento. Como nos mostra o quadro I - Esta tística da Produção da colônia agrícola do Iata - 1963 - 1968. Núcleo Agrícola do Iata a seguir.

QUADRO ESTATISTICO DA PRODUÇÃO DA COLONIA AGRICOLA DO IATA - 1963 - 1968 NÚCLEO AGRÍCOLA DO IATA (6)

roduto	Quantidade	1963	1964	1965	1966	1967	1968
arinha	kg	447.060-1	270.000	848.700	294.180	845,640	869_400
lilho	kg	563.640	620.300	548.580	437.700	1.506.420	722.940
Feijão	kg	146.040	85,200	162.300	67.440	110 940	121,260
Arroz	kg	402.360	380.360	931.324	221.940	821.820	889,200
Macacheira	kg	21.620	23.140	_	37,080	39.180	29.580
Goma	kg	2.344	1.900	8.400	1.500	25.434	20,700
Banana	cachos	13.931	10.300	24.310	80.086	21.897	18,000
Abacate	cent	8.865	9.250	6.000	328	5.502	3.230
Abacaxi	cent	_	·	_		17.791	
Mamão	cent	_	_	<u>-</u>		-	208
Melancia	cent	1.500					
Rapadura	cent	-	5.700	10.580	15.900	14.710	14.396
Mel de cana	litros	-	-	580	7.002	1.323	6.280
Ovos	dűzias	3.120	4.200	2.614	4.658	10.539	10.083
Aves	un	3.250	2.120	2.598	2.151	6.347	5.940
Bovino	un	- ,			36	43	117
Suino	un	-		41	72	37	89
Laranja	cent	. 604	209	2.351	608	11.297	
Carvão	kg	-	_	- 1	9.000	22.300	148.250

Os quadros estatísticos apresen - tam os seguintes valores para a renda anual da $\operatorname{prod}\underline{u}$ ção.

1963, a produção rendeu cr\$
82.978.043.00. Os preços por Kg dos principais produtos deste ano eram:

Farinha	cr\$ 42.00 kg
Feijão	cr\$100.00 kg
Arroz	cr\$ 80.00 kg
Milho	cr\$ 25.00 kg

A renda anual de produção de 64 foi de cr\$ 85.186.260.00. Os preços por kg permanece ram inalterados com relação ao ano anterior.

Em 1965 a produção rendeu, cr\$

187.987.235.00. Os preços por kg aumentaram considera

velmente:

Farinha	cr\$	250.00	kg
Milho	cr\$	116.00	kg
Feijão	cr\$	360.00	kg
Arroz	cr\$	330.00	kg

Em 1966 a renda foi de cr\$ 274.477.

080.00. Preço por kg:

Farinha cr\$ 300.00 kg
Milho cr 180.00 kg

cr\$ 500.00 kg Fei jão cr\$ 530.00 kg Arroz

de

renda

anual

cr\$

238.411.00 (novos).

Farinha cr\$ 0,2 kg cr\$ 0,13 kg Milho cr\$ 0,41 kg Feijão cr\$ 0,25 kg Arroz

Em 1968 cr\$ 919.890.32 (novos).Os preços por kg dos principais gêneros permaneceram estáveis em relação ao ano anterior. (7)

1967,

A elevação da renda anual de 1968 deve-se à diversificação da produção, incluindo-se o aumento da venda de gados a de suinos e a produção crescente do carvão vegetal. No decorrer 68 verifica-se uma constante variação nos preços de ven da de gado, passando de "cr\$ 90.00 a cr\$ 200.00 cabeça." .

Um dos testemunhos recolhidos 50 bre as contradições entre o aumento de produção e decadência da colônia é o do Sr. Raimundo Teófilo de Aguiar, Membro de uma numerosa família nordestina que se tornou colono desde o início da colonização. Essa família prestou importante colaboração ao crescimen to da colônia, visto que era possuidora de várias pro priedades, destacando-se entre elas um engenho de ca na com elevada produção.

Segundo o Sr. Raimundo: "Toda pro dução saída da colônia do Iata durante a política financeira do crédito rural, significou uma grande desilusão para os agricultores. No final de cada safra, o colono tinha que apresentar um levantamento completo de sua produção ao Banco do Brasil. Os lucros anuais da produção tinham que ser recinvestidos no cultivo para o ano seguinte. Era uma previsão bastante arriscada, porque as terras já cansadas não apresentavam muita fertilidade. O certo é que ninguém trabalhava tranquilo, sabia-se que no término do prazo do funcionamento toda renda da produção ficaria com o Banco do Brasil. Antes desses empréstimos, toda renda da produção, pouca ou muita, era do colono."(8)

O testemunho nos induz a crer que o crescimento da produção desse período signifi - cou a decadência da colônia, uma vez que toda produção se achava comprometida com o agente financeiro do crédito agrícola.

Porém, juntamente a este fato, de vemos adicionar uma série de outros acontecimentos que, de forma indireta ou direta contribuíram para a celerar o processo de decadência da colônia. Os fatos

que aconteceram de forma indireta são: a falta de in centivos governamental; as medidas administrativas que, tomadas de maneira arbitrária à realidade sócio - econômica da colônia, iam de encontro aos interesses dos colonos; a queda nos preços dos produtos agrícolas, como resultado de medidas oficiais; e a própria política financeira do crédito agrícola.

Os fatos advindos da forma direta e que fizeram da política financeira um processo contraproducente para a colônia, devem ser vistos, principalmente sob quatro aspectos distintos: a ausência de organização social do colono como trabalhador rural; a inexperiência do próprio colono em administrar o dinheiro financiado; o esgotamento do solo e as alterações no processo de ocupação das terras.

Durante todo período de existên cia da Colônia Agrícola do Iata como unidade produtora de gêneros alimentícios, não fora registrado ne nhum caso de manifestação de grupos organizador por colonos que, demonstrassem atitudes contrárias à administração.

Isto se deve, talvez, ao fato de que, os colonos não receberam uma orientação que os conduzissem a se organizarem como categoria traba - lhadora, consciente de seus direitos. Possivelmente, es

sa ausência de consciência os mantinha passivos e sub missos aos desmandos administrativos.

Influenciados pela euforia do dinheiro financiado, muitos colonos alteraram suas programações de vida, excediam em compras desnecessã - rias, compravam veículos, montavam estabelecimen - tos comerciais, viajavam a passeio à sua terra de origem, enfim uma série de atividades que dispendiam dinheiro sem se preocupar com a devida aplica - ção. Desse modo, estes colonos, antes mesmo de fin dar o prazo de quitação de suas dívidas antecipavam a venda des seus poucos produtos e entregavam seus lotes à administração do núcleo. Assim, se desfaziam do compromisso da dívida e de aborrecimentos futuros com a queda da produção (vide anexosIII - entregas de lotes à administração).

Para os colonos que de fato, tra balhavam, as dificuldades de quitação da divida eram em menor grau.

As dificuldades com o pagamento do financiamento vinham por a descoberto um proble ma básico do tipo da agricultura praticada na colônia. A agricultura praticada na colônia, com efeito, sempre foi mais do tipo extensivo e predatório que de acordo com técnicas agrícolas racionais. Con-

sistia na derrubada de mata com a queima anual como preparação do solo, sem uso de fertilizantes agrícolas, nem cuidados de conservação do solo como curvas de nível. Isto fazia com que as terras esgotas sem sua fertilidade rapidamente ao perder o humus com as chuvas.

Na década de 60 as terras começaram a demonstrar-se já cansadas, tornando problemáti
co os investimentos feitos nelas. Desta forma os colo
nos se sentiam aprecensivos com respeito às dívidas
contraídas com o Banco do Brasil.

A médio prazo, a dificuldade que isto gerava na agricultura determinou uma mudança para um empreendimento mais fácil e seguro como era a criação de gado. Esta atividade que tinha começado na colônia, apenas como um complemento, pouco a pouco foi tornando-se o verdadeiro destino agrícola da colônia.

cão necessário para criação de gado em larga escala.

Este processo já estava bem adiantado no ano que termina nosso trabalho, em 1972.

Como alteração no processo organizacional da ocupação da colônia, ressalta-se a auto-

rização para transação de benfeitorias, a partir de 65. Até então, o colono somente tinha direito a lote com o módulo de 25 hectares para o serviço de lavoura, mas passando para a criação pastoril, o colono e criador tinham necessidade de expandir a área para pastagem natural e artificial.

Antes o colono, com até cinco aros de permanência na colônia, não podia por livre e es - pontânea vontade transacionar com outro suas benfeitorias no lote de que era posseiro.

No decorrer desta etapa, não hou ve registros de assentamento de novos colonos. A maior parte de aquisição de lotes era feita por antigos colonos que aproveitavam da desistência de outros posseiros, para aumentarem sua área de produção. A partir de 1967 a administração começou a fornecer carta de autorização aos colonos.

Os passos para o colono conseguir a "carta de autorização" de um lote consistiam, pri - meiramente, em se ter certeza de que o lote havia si do devolvido legalmente à administração, em seguida, o colono deveria fazer uma solicitação por escrito do lote e enviá-la diretamente ao administrador do Núcleo. Pode se ver pelo modelo anexo que a Carta de autorização não significava título definitivo de pos se sobre a propriedade (o lote). Mesmo assim, era uma

forma do colono se sentir beneficiado pelo aumento no espaço de terra para trabalhar. (vide anexos IV solicitação de terras e carta de autorização, final deste capítulo).

Segunda etapa: Redução da Produção Agrícola e a extinção da Ferrovia.

Nesta última etapa de nosso traba lho deparamos com mais um elemento que veio apor-se aos outros, já citados anteriormente, para completar, de fato, a decadência da vida da colônia. Referimonos, pois, à extinção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

De 1969 a 71, a produção agrícola da colônia jã apresentava fortes indícios de decadência. Em 72, a produção é reduzida a cifras consideravelmente pequenas como nos mostra o quadro da produção agrícola na Colônia do Iata com cifras bastante reduzidas.

REDUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COLÛNIA DO IATA 1969 - 1972 (10)

Produto	Qdade.	1969	1970	1971	1 9 7 2
Farinha	kg	390.000	210.000	63.200	43.680
Milho	ያ አ	,43.300	420.080	26.300	13.417
Feijão	ķg	54.000	85.200	12.000	1.440
Arroz	kg	530.400	160.200	92.800	60.420
Macacheira	кg	11.000	6.000	_	
Goma	kg	9.000	800	•	3
Banana	cachos	12.000	1	•	
Abacate	cent.	1.800	ı	t	l
Abacaxi	cent.	1	1	I	1
Mamão	cent.		ſ	1	ı
Melancia	cent.	-	ı		1
Rapadura	unid.	3.000	1	1	3
Mel de cana	litros	-	į		1
0vos	Dúzias	5.000	980		
Aves	unid.	2.100	1.300		
Bovino	unid.	218	1	•	1
Suino	unid.	380	265	1	
Carvão	kg		82.000	94.100	121.166

A colônia passou a contar com um total de apenas 1.131 habitantes e 184 colonos. As razões desse êxodo começam a partir de 66 quando se registram as primeiras devoluções de lotes por parte de alguns posseiros que desistiam de ser colonos.

A partir de 1967 o êxodo foi virtude da busca pelas áreas de miacelerando em neração em todo Território Federal. "Nesta época a cassiterita estava se transformando na base econômica da região." (11) A partir de 1970, quando BR 364 retirou o Território do secular isolamento, integrando-o ao desenvolvimento nacional "a passou a ter valor, novas forças entraram em grupos empresariais ou simples especuladores passaram também a se interessar pelas terras de Rondô nia cujas posses ou domínio, tornaram-se objeto de interesse em intensas transações, compreendendo compra de propriedades legítimas, aquisição de posse ou pretensão dela, até a grilagem". (12) Nessa época vários agricultores da colônia do Iata se retiraram para as diferentes localidades agrícolas que iam surgindo ao longo da BR-364.

Mas o desafio maior para a derrocada final da colônia veio mesmo com a extinção da ferrovia.

O declínio da ferrovia teve início a partir de 68, paralelo à decadência da colônia. Desdeen tão começaram as irregularidades no tráfego.

As ameaças sobre a extinção da ferro via tiveram início em 1966 quando o então presidente da república, Castelo Branco, pelo "Decreto nº 58501, transferiu a responsabilidade do tráfego da Estradade Ferro Madeira-Mamoré, da Rede Ferroviária Federal S. A. para a Diretoria de Vias e Transportes, do Ministério de Guerra." Consequentemente, o Exército seria o único e exclusivo responsável pela administração da Ferrovia. E pelo referido Decreto, cabia ao 5º Batalhão de Engenharia e Construção, sediada em Porto Velho, substituir a ferrovia por uma Rodovia pavimentada que ligasse Guajará-Mirim à capital.

Com o propósito de construir uma rodovia e a despeito do conhecimento das prováveis consequências negativas que a extinção da ferrovia causaria à região sudoeste de Rondônia, foi que o 59 BEC planejou em 1968 a erradicação da ferrovia. Mas só em 1970, abriu concorrência à venda da estrada, que a partir daí se tornaria em sucata.

O ganhador desta concorrência foi o sr. Aderbal Luis Vieira, comerciante de S. Paulo, que pagou o preço de cr\$ 250.00 por tonelada. O destino

final da ferrovia era o de ser transformada em lingotes de aço e ferro pela Siderugia Anhanguera." (13)

A extinção da ferrovia, contudo não teve lugar imediatamente, o exército preferiu conservá-la em funcionamento como apoio à condução de materiais para a construção da Rodovia ente Guajará-Mirim e Porto Velho. Em 1972, após o 5º BEC tomar conhecimento de que o problema financeiro da ferroviatinha se agravado decidiu realizar o fechamento e em julho de 1972, o General Queiróz, Comandante do 2º Grupamento de Engenharia determinou que fosse dado o apito final da Madeira-Mamoré. (14)

Segundo alguns ex-integrantes do Grupamento de Engenharia, as razões aduzidas com peito à extinção da ferrovia, devem ser vistas um prisma de prognóstico do desenvolvimento econômico da região. Segundo esses integrantes militares, a manutenção da ferrovia naquela época estava se tornan do inviável à economia nacional, haja vista que 0 plano de governo sobre a economia nacional, era o de racionalização, visando crescimento posterior. Não se poderia, portanto, manter em funcionamento uma fer rovia improdutiva, sabendo-se que a transformação de todo aquele material parado, geraria a mobilidade đe capital para ser reinvestido em outros setores mais promissores.

Não pretendemos, todavia, contrariar a idéia de que a eventual extinção da ferrovia fizes se, de fato, parte do plano de racionalização da economia nacional. Consideramos, contudo, a existência de razões talvez maiores, que estariam ligadas a forças externas dirigidas pelos países imperialis tas e que através de concessões brasileiras, impul sionavam o Brasil a expandir obras de construções podoviárias, objetivando o aumento no consumo de veí culos motorizados. Referimo-nos, portanto, às empresas multinacionais instaladas aqui no Brasil: Goodyer, Wolksvagem, etc.

No caso específico da região sudoeste de Rondônia, se a extinção da ferrovia estivesse, de fato, ligadas à razões "antieconômicas do plano racionalização," teria como alternativa de transportes, não só a construção da Rodovia Guajará-Mirim a Porto Velho, como também a introdução do emprego novas técnicas que reativassem o funcionamento da ferrovia, tais como: a substituição da máquina a va por pela de ólep combustível; acrescentando-se ainda a possibilidade de incrementação da navegação dos rios Guaporé-Mamoré que ligam Rondônia ao Oeste brasileiro - Mato Grosso - num percurso navegável de aproximadamente 1.500 km.

NOTAS DO CAPÍTULO IV

- (1) Portaria nº 29 maio de 64. Administração do Núcleo Agrícola do Iata.
- (2) Op. cit. Portaria.
- (3) Portaria nº 01 de 1968 Posto Agro-Pecuário do Iata.
- (4) Núcleo Agrícola do Iata. Portaria nº 10 da Administração da Colônia 1968.
- (5) Banco do Brasil S.A. Guajará-Mirim Rondônia.1963.

 (carta do gerente do B.B. ao Governador do Território).
- (6) Quadro I Estatística da produção da colônia agrícola do cola do lata 1963 68 Núcleo Agrícola do lata.
- (7) Estatística da produção da colônia do Iata. 1963.
- (8) Depoimento Oral de Raimundo Teófilo de Aguiar, excolono da Colônia do Iata.

- (9) Fonte Serviço de Estatística e Geografia de Rondônia - 1982.
- (10) Quadro II Produção Agrícola na Colônia do Iata 1969-1972.
- (11) Museu da E.F.M.M. Arquivo (s.d.) Porto Velho, Ro.
- (12) GOMES, Amizael da Silva. No Rastro dos Pioneiros;

 Um pouco sobre a História de Rondônia. Porto Ve

 lho. SEDUC. 1984. p. 139.
- (13) RODRIGUES, Manoel Ferreira. A Ferrovia do Diabo.
 Ed. Melhoramentos, 2a. edição, S. Paulo, 1971,
 p. 376.
- (14) GOMES, Amizael da Silva. op. cit. pág. 49.

ANEXO I

BARCO DO BRASIL S. A. REF. IATA

Guajará-Mirim(10),17-novembro de 1964.

Administração do PAPI

Nesta.

Sr. Administrador,

Conforme sua solicitação, informámos-lhe, nos tópi-COLA E INDUSTRIAL - nesta colônia:

1): EMPRESTINOS AGRÍCOLAS - Total de gontratos - 525

2) EMPRISTINOS PECUARIOS - Triciaremos os financiamentos marginados! no próximo mês. Esperamos que alcance ini Devido a ascensão dos contratos firmados até esta data, e com a possibilidade de aumentarmos nosso limite, supomos que elevaremos antes do próximo período agrícola, para (140.000.000,00 os créditos concedidos e 700 contratos.

atenciosamente

BANCO DO BRASIS. S. A. GRANI Mirlor (RO)
GARTERA DE CREDITO MERICA DE PRODUCTO MARIO DE SERVICO CREAT

J #1. (∤ 1 - 03/18 - 1

NOTA DE CREDITO RUBAL

N. EAF65/ J / NCR Vencimento	em 2 de Julho de 19 66
	C18 _150.000-
A dois de julho	de 1966 pagar ei por esta nota
de Crédito rural ao BANCO DO BRASIL SOCIEDADE	
rim(RO)-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x	
-CENTO E CINQUENTA MIL CRUZETROS-x-x-	x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
=-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x	<u> </u>
em moeda corrente, valor recebido para financiamento de	usteio de minhas lavouras de ar
r <u>oz, feijão, mandioca e milho, a serem</u>	formadas numa área de 20 tare-
fas, equivalentes a 6 ha., no período	agricola de julho/65 a junho/66
Note no lote n	3, da la. linha, da Colônia A-
grícola do Iata, Município e Comarca de	Guajará Mirim, território Fede
ral de Rondônia, pertencente ao mesmo	Território e por mim ocupado,
segundo licença formecida pela Adminis	stração do Pôsto Agro-Pecuário
do Iata, devidamente autorizada, consta	ando o consentimento do proprie-
tário da terra do Decreto nº 372, de 2	•
preparo das terras, Cr\$ 100.000 e coll	
lizado do seguinte modo: imediatamente	
Cr\$ 50.000, tudo na forma e condições	
Os juros são devidos à tuxo de 7% (sete por	
30 de junho, 31 de dezembro e na liqu	
vável de 1% (um por cento), em caso de	
	•
sendo de -X-X-X-X-X-X-X-X-	a comissão de fiscalização, exigível em
-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x	-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x
1	
O pagamento será efetuado na praça de Guajará-M-	F + 0 10%
Guajará-Mirim	
e Julio Gongolis	Bernardino de Menezes-
P.P.dl -Pedro	Bernardino de Menezes-
	<u> </u>

ANEXO II

••

ANCO DO BRAS	IL S. A.	AG/G. Miri	m (RO)21	_8_64	g.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
REFERÊNCIA: — 333	EMPRESTIMOS A		•	(
CLIENTE : -	Antônio Romus				
	••••	·		•	, ai
	1	•		IMPO	ORTANCIA
fiscalização de] concedido pelo nos	MOS do cliente sup L % s/ Crf 500.0 so EA-641/258	000,00 valor/s		nento	.000,00
a quantia de	cinco mil cruz	zeiros			
· ·		• •	. ;	n- ·	•
Sûlo na ficha do Calxa				/ 5	.000,00
*	:	MANCO	DO BRASIL S	i	

ANEXO III

ACACIO DA COSTA PAIVA, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta Colonia, não querendo mais continuar ocupando o lote que é posseiro, nº 149, da Rodovia Presidente "VARGAS", perimetro da 2a. linha, por questão particular, vem repeitosamente entregar a essa Administração o lote acima citado, podendo V.a Sa. fazer uso do mesmo, dentro do Regimento Interno das Colonias Agricolas do Território.

Atenciosamente.

Colonia Agricola do Iáta, 13 de Janeiro de 1.969.

Acasio da Costa Paiva.

A Secretaría, para tomar conhecimento.

Em, 13 /01/69

Administrador. fortozan

Ilma Sr. Administrador en Poste Agre-Pecuarie de lata.

RICARDO NOGUEIRA DA SILVA, brasileire, casade, natural de Estade de Ceara, residente na Celenia de Iata, ultimamente reselvendo nae centinuar ceme celene da referida Celenia de Iata, / vem per esta, entregar a Administração de Pesto Ágre-Pecuarie de Iata, e Lete de Terras Nº 39, da Estrada "PTE. VARGAS" (2ª Linha), li mitande-se pelo lado direite cem e lete nº 10, pelo lado esquerdo 7 cem e lete nº 38, medinão 250 mts. de frente per 1.000 mts. de fundos.

Nest es Termos

P. Deferimento.

Núcles de lata, 2 de Agesto de 1966.

Ricardo Negueira da Silva

PEDRO HERCULANO DE LI4A, brasileiro, maior, agricultor, residente e domiciliado nesta Colonia Agricola de Ia - ta, sendo posseiro de um lote de terras nº (146) da Rodovia Presidente "dutra", situado no perimetro da la. linha, não podendo cultiva-lo, por notivo de força maior, vem respeitosamente entregar a essa Chefia o citado lote, podendo Va. Sa. fazer uso do mesmo no que lhe conviér.

Anexa a este o Cadastro do IBRA, que se acha en atrazo de enclumentos, por parte do peticionario.

Colòmia Agricola do Iata, 22 de Abril de 1.963

Atenciosamente.



Pedro Herculano de Lima. Sihal digitál do polegar direito por ser analfabeto.

A Secção de Terfas, para tomar conhecimento.

Bm, 23/4/68.

Chefe do Posto.

Ilm\$. Snr. Administrador do Posto Agro Pecuario do Iata.

Raimundo Mazaré da Silva, brasile iro, maior, agricultor, residente e domiciliado em Paragominas, Estado do Pará, possuindo duas benfeitorias nesta Colonia, nos lotes nº lle 16, situados na estrada Pte. Dutra (la Linha), vem respeitosamente solicitar a Va. Sa. se digne a autorizar a transferencias dos mesmos para os Snrs. José rerreira de Melo e Francisco Alves dos Santos respectivamente.

liestes Termos

P.E. Deferimento.

Posto Agro necuario do Z lata, 9 de Agosto de 1965

Raimundo Nazare da Silva Raimundo Nazare da Silva Faça-si a transfi-

10-8-61 A/M

ANEXOS IV



TERRITORIO FEDERAL DE RONDONIA DIVISÃO DE PRODUÇÃO E COLONIZAÇÃO

Pôsto Ágro-Pecuário do Iáta

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Nr. (100)

Totago des Colônias Agrícolas do Território Federal
De conformidade com o Regimento Interno das Colônias Agrícolas do Território Federal
Description Description 274 de 22 5 1962), e concedido por CARTA DE ACASAMENTA
de Romanie, de lote de terras da Colônia
ao Senhor <u>lill.TON SABOIA DA FROTA::::::::::::::::::::::::::::::::::::</u>
Nr. (128) .::: da Rodovia
"DUTRA"::::::::::::::::::::::::::::::::::::
"DUTRA" situada no perimetro
Jarroungs limitando-se pela trente com
destinada para pelo lado
Rodovia::::::::::::::::::::::::::::::::::::
direito com O 1018 II 1277
(100)
Los total de.
1.000Mts. com uma ares total de
o posseiro obrigado à fiel observância do Regimento Interno das Colonias da Regimento Interno Inte
se a quaisquer disposições das leis, suore peta da Frota::::::, expede-se-lhe a haver obrigado o Senhor Hilton Saboia da Frota::::::, expede-se-lhe a
hever chrigado o Senhor Allton Sabola da 41009
haver chrigado o Sennor de Colonia e pelo Posseiro. presente CARTA, que vai assinada pelo Administrador da Colonia e pelo Posseiro.
presente UARIA, que vas assures l

Pôsto Ágro-Pecuário do IÁTA, 18 de

Agosto

de 1969

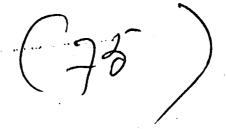
VISTO:

Administrador

Millon Salvea Do Froto

Ocupantem desde 1.958

Trittorio Federal da Rondonia elvico da Produccio, Tenes e telegização POSTO AGRO PECUARIO DO IATA



ANTONIO LUCAS DE ARAUJO, brasileiro, maior, casado, agricultor, demiciliado e residente na Colônia de Iata (la Linha), vem mui respeitosamente solicitar a V. Sa, se digne a conceder-lhe/por CARTA DE AUTORIZAÇÃO, e Lote de Terras mu 107 da Estrada "PTE. DUTRA", ma citada Linha, limitando-se pela frente com a linha em //apreço. pelos fundos com divisas da Estrada de Ferro Madeira Mamere, pelo lado direito com os lotes ms. 108, 109, 110 e 111 e pelo lado esquerdo com o lote no 106, medindo de frento 250 mts. e de fundos/1.000 mts., com uma érea total de 250.000 m2, entregue pelo ex-celo no OLIVIO LUIZ DE SOUSA, a essa Administração, conforme seu requerí

Nestes Termos

P. Deferiments.

Núcleo do lata, 3 de Março de 1967.

Antonio Lucas de Araujo

A. Secçois de Terras

Cara do provideir.

oias cabivers e em

pe quida a expectição

da Carta de Outeriganio

mente anexe.

Em N.03-6 }

l'est constante de registe l'action de l'esta de l'esta de l'esta de l'esta d'esta d'esta d'esta d'esta d'esta de l'esta de l'esta d'esta d'es

ANTONIO RAIMUNDO CARDOSO, brasileiro, xext maior, reservista de la. categoria, solteiro, residente e domiciliado nesta Colonia, não possuindo terras para seu trabalho de lavoura, vem respeitosamente soliwitar a Va. Sa, que se digne a conceder-lhe por Carta de Autorisação o lote de terras nº 149 da Rodovia Presidente "VARGAS", situado na 2a. linha, por desistencia do posseiro Acacio da Costa Paiva.

O peticionario compromete-se a / legaliar o citado lote dentro das exigencias da Lei.

Nestes Termos,

P. E. Deferimento.

tenio naimundo Cardola Diante do exposto do peticionario, Antonio Raimundo Cardoso. autoriso á secretaría, e expedir a Carta de Autorisação.

Em, 13/01/69.

Administrador. Kolosai

AQUILES DA COSTA SOARES. brasileiro, agricultor, residente e domiciliado nesta Colonia, sendo posseiro de 5 lotes, e tendo uma criação pastoril ásx de 100 cabeças, necessitando de Pasto para o desenvolvimento do seu plantél, vem respeitosamente solicitar a Va. Sa. que lhe seja concedido por Carta de Autorisação, os lotes de terras ns. 16,78 e 79, por compra de benfeito rias contidas nos citados lotes, cujos posseiros já se retiraram das terras, que serão utilisadas para pasto e plantio de capim.

O peticionario possue plantações, nos 5 lotes já legalisados, pois possue 6 filhos já em trabalhos de lavoura.

Compromete-se tambem a legalisação dos lotes acima citados, dentro das exigencias da Lei.

Nestes Termos, P. E. Deferimento.

Colonia Agricola do Iáta, 3 de Fevereiro de 1.969.

Aquiles da Costa Soares.

Colono e criador na 5a. linha.

CONCLUSÃO

Como pode apreciar-se através da leitura dos quatro capítulos deste trabalho, trata-se de uma pesquisa original que tem como principal mérito ter ressucitado a memória de um período da história de Rondônia já praticamente esquecido.

Cremos que constitui também uma con

tribuição para a história da colonização agrícola no Brasil.

Considerada em si mesmo a história da colônia Agrícola do Iata, oferece um interesse especial ao abranger um ciclo completo de vida, o nascimento, o crescimento inicial, a maturidade e a decadên cia de um organismo.

A colônia originou-se com a criação do Território Federal do Guaporé. Nesse momento, to-das as atenções do Governo Territorial se voltavam para a política de ocupação do espaço regional do território.

Por isso, com a criação do território, a preocupação maior do Governo era criar a atração de imigrantes como forma de promover o povoamento e a produção de alimentos como sustentação à produção da borracha que se fazia necessário para atender ao chamado "esforço de guerra." Com essas duas finalida des foram criadas as Colônias Agrícolas do Território do Guaporé com forte apoio oficial.

Desta forma, desde a sua criação, em 1944, até quase duas décadas, a colônia foi crescendo continuamente tanto em produção como em população.

Outro dos apoios indispensáveis à prosperidade da colônia foi o incentivo dado pelo

governo federal para a Ferrovia.

Mas esta situação de prosperidade do empreendimento da colônia, de repente, passou a ser posta em xeque quando parecia já ter alcançado seus objetivos. Isto devese a mudança da política oficial do território em virtude da nova situação sócio-política nascente.

Usando-se a terminologia de José de Souza Martins: O território do Guaporé passou, a partir da década de 60, do estágio de "Frente Pioneira" para o de "Expansão Agrícola". Nessa época já a popula - ção de todo o território tinha crescido consideravelmen te e se estabelecia na região as primeiras empresas de tipo capitalistas. Os próprios governos Federal e do Território incentivavam o sistema de crédito finan - ceiro (através do Banco do Brasil) e a livre iniciativa.

receu contribuir para a sua prosperidade, mas num prazo relativamente curto acabou por levar a uma concentração da propriedade e com a supressão dos incentivos à agricultura deu-se o abandono da produção de ali-mentos que era o objetivo inicial da colônia. Assim, em lugar da agricultura, surgiu a formação de pastagens e fazenda de criação.

Ao mesmo tempo, a política do gover-

no, dando preferência aos transportes rodoviários sobre as ferrovias, levou a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré o que constituiu o golpe definitivo para a colônia dentro da organização primitiva.

IATA	
00	00
RICOLA	1: 20.000
10 T	

1 2 b 3 b 4		924	6 b 2 0 9 c r 2	0		<u> </u>
64	£6. , 2	. \$2Y	6 b 2 9 9 c 2 3 5 c r		443	2
1000	F6 2 55	620		*	7777	
30 15	z 6 3 +5 a			48	1 2 1	\$ **
96 79	76 7. 5.9	zzv	25 E F F F F F F F F F F F F F F F F F F			
16 05	06 95	727 2	55 2 E Y 1 S V S V S V S V S V S V S V S V S V S			<u> </u>
86 +5	8 °. 45 m	07	9 5 0 E T	2 2 2 2 0	777	B 1
. 'm 55	88 3 85	677	95 681	4	25.50	
19 99	18 65	877	25 827	+	-	
13 1.5	9 8 09	477	85 0 121	1 2	106 1	
	38 19	err	69 921		501	
1 65 65	68 29	917	09 szv	, in	25	
09	. 53 59	611	r9 3 ber	14 15	2 -	.
9 19	C 2 57	517		26	70	
19 59	18 59 4	777	251			÷ .
\ i \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	08 3 79	HIT	N .	25. 55	9	z g
2 69	67 78	OIY	1 07 V	56 5		
. \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	84 3 87	507	99 61 7	2.5	66	1:1
. 2 99	12 69	sor	19 2 875		8	2
29	9 L 0L	104	99 = 111	89 .	2 6	= :
89	54 : 14	got	69 941	5	ÿ 6.	
69	P. 27	102	- 0 L	× 0	. 86	្ន
\ \	51	tor	12 5 641	3		0 1 2 1
02 :	6 7 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	Sor	24 N 51 Y	3	rG 61	
	7 L 2	gor .	87 5 5 1 S	* **	6 26	
	71	tor	b4 E 777	:	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\	
	14	oor	94 071		6	
	g <i>l</i> .	66	94 2 601	2	6 8	
	84	86	24 80Y	<u>*</u>	80	
	08	16	84 401	- 89	60	ال يو
	18	96	64 90Y	69		3//
-				2	91	•
	78	\$6	08 50F	7.		*
	\$8	F 6	68 604	22	\$	
•	0 68	£6	405	73	7.8	~
		26	405			3
	\ \ 98 %	16	+8 707	75	- : 0	
	\ -	06	98 00 t	- 2	- 2	
•	84		98 66	22	-0	
		88	. 96			
	· \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	9.8	9.6		3	
	\ \		6 B 96	7		
			00 56	+ /		
			F6 +8		• •	
			86 ² 96	-	•	•
	1	/ /		7 /		
<u>u</u>	•				•	
ง ถึง กั	•	\ \				
∡	•					
					•	1
•					i	
	•			•	I .	

٠	ب ن	- m	4	42	434 70	61	125	54	2 92	81	dg.		
	10-	-171		4.	134 8	50	424	65	7. 9.	. 60	99		
		A & 8 4 4 5 4 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	A A 7	4	136	H	125	Z 69	94	49		1	
	•			5	257	48	126			4 8	48	1 47 46	
			44	13 Us	458	47	127	> 5 5 4 4 8 4 8 A	98 97 95	47	30	45	
	5	-		9	459	46	428			46	51	7 44	1
1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1	2 2 1 12	122	9 7 V 8	N		45	429	»	4-1-4-1	45	52	43	
A. 50 ts	3 2			e y 4	191	₹ 44	150	47	-	44	55	4.2	
	9 2		2	t Us	442	43	131	46	402	Z 43	. 54	7 41	
	ž 8		12 12 28	1. UH 2 N	. 445	42	132	45	_	41	55	40	
`	1 4 m		225	14 OI	144	41	433	44 m			56	u 59	
,			- is	n y	445	40	134	43	103	1		1	
	£ 40	-	- 6	2 30	146	39	135 136	42	404	39	57 58	38	
•	3 12 2	_	× 1	N)	A47	38	157	40	A05	> 38 37	59	36	
	1 %	_	- 32	7	148	3 37	3 X38	39	107	36	60	B 5	
•	1:		1 8]	149	3 36	139	38	108	3.5	61	34	·
	7 1	•	ž.		2 150	35	140	4	109	34	6 2	3.5	
· · ·	1	T	3	N N N N	N 151	1	144	37	140	35	÷, 63	52	
. ,	•	·F		- .	152	34	142	36	444	3.2	,64	0 34	
,		1	الإ		155	32	143	34	112	7 34	65	30]
			1			34	144	3.3	115	30	. 66	29	
	•	. *	A 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12	20 4 5	4 5 4 4 5 4 4 5 4 5 4 5 4 5 4 5 4 5 4 5	30	145	32.	111	29	67	2 28	4
		•				29	146	54	115	28	. 68	27	
•						28	147	E 30	i: 116		1	26	
•	•	į l			12 12 12 12	27	· A48			26	69	2 6	
••		ā	ج ، ا		162 164 166 169 169 169 169 169 169 169 169 169		149		7 20 7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	25	70	7	
• 1			-	·		25	4 60	27 27 27	50 50 14	24	71	24	1
	1	. 1				29	454			23	72	> 22	
,· ,	1	= 0		E E E			152	2.4	" A 24	22	78		
		- B			1 1 1 1 1 1		465	25	A 2 2	_ [0] 2 4	75.	21	
	•	Ø	þi				164	22	426	20	76	19	
		D	51		164		. A55	24	124	0 19	77	70 1 48	
·	•	Ø		(E)		+	156	20	1,25	18:	78	1 47	1
	•	. Z ,	1	<u></u>	, , , ,	19	157	19.	426	17 47	79	- 46	1
,	•	A	·	G		18	458	18	124	16	80	45	1
•	•	7 8	·	(4)		47	1:59	47	428	15	- 84	14	1
• •	1	1	6	(4)		45	160	16	129	14	82	45	
, 1	1					14	161	46 /	430	13	83	M 42	
			7.		3	45	162	14	432	11	84	14	
•		• 1		02	·	12	165	45	433	10	85	- 40	
•				1 6	9 3	2 44	169	- 12	134	<u> </u>	86	, 9	
		•		i ž 🗘 🗘	9 (3)	40	. 165	- 14	135 436	8	67	70 8	
	•			•	© ©	9	: 166	- 10 g	437	6	8.8	1	
ă.	•	•	1	1 ,	(9)	8		- 8	458	5	89	6	
•			į!		÷ 0 3	7	168	7	159	1 4	90	5	
•	, 1	•		· , . · · · · · · · · · · · · · · · · ·	4 6	6.	169	- 6	140	3	94	E 4	
. 1			† •		() () () () () () () () () ()	5	. 170		141	2	92		_
• 1	• .				ž <u>, </u>	9 4	171	- 4			93	2	
` ,					·	3	172						1
•		.*	1			5	175			8.8.3			
		•			· · ·	* 6 1	179		BANA	N. B.			1
	i •				1	•					. 1		•
				\$ 9.	1	. 4		2000			1		
		•	-,	Apo	•	ž #			·. •				÷
	t.	: .	6 0	9	•		S	•	•	•			
				-									